

## Mensagem do Presidente

Desafios importantes marcaram 2011 em todos os negócios do Grupo AES Brasil. Frente a um cenário mais complexo, simplificar foi o melhor caminho. Revisitamos e aprimoramos nossa estrutura de gestão, reforçamos nossos programas de investimentos na geração e distribuição de energia elétrica, renovamos nosso compromisso com o atendimento e a qualidade de serviços prestados a nossos mais de 7,5 milhões de clientes e buscamos maior eficiência em nossos processos operacionais. Ao realizarmos o valor criado em nosso negócio de telecomunicações - AES Atimus - concluindo com sucesso sua venda por R\$ 1,6 bilhão, reafirmamos o nosso foco estratégico de sermos um dos principais grupos do setor de energia elétrica brasileiro.

Em 2011, investimos R\$ 1,3 bilhão, 14% superior ao valor investido em 2010. No nosso negócio de distribuição, investimos R\$ 1 bilhão (R\$ 948 milhões em 2010), expandindo nossas redes elétricas para atender 234 mil novos clientes e o aumento continuado do consumo, ampliando e acelerando a automação de nosso sistema elétrico e fortalecendo a capacidade de atendimento a nossos clientes e de poder de resposta a eventos climáticos mais severos. Foram investidos R\$ 739 milhões na AES Eletropaulo e R\$ 271 milhões na AES Sul.

Vivenciamos na AES Eletropaulo, em junho de 2011, situação bastante adversa com a passagem de um ciclone extratropical, interrompendo o fornecimento de energia elétrica a cerca de 600 mil clientes. De forma a ampliar nossa capacidade de resposta em situações similares, bem como dar continuidade à melhoria da qualidade dos serviços prestados a nossos clientes, reforçamos nossas ações operacionais e investimentos, dedicando cerca de R\$ 242 milhões em um plano de ação específico, cuja implementação se iniciou em julho de 2011 e que se estenderá até o fim de 2012.

Os resultados almejados vêm sendo alcançados. A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2011 com uma Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) de 5,45 vezes e com uma Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) de 10,36 horas, respectivamente o 4º e 6º melhores FEC e DEC entre as grandes distribuidoras de energia elétrica brasileiras. Já neste mês de fevereiro de 2012 registramos um FEC de 4,94 vezes e um DEC de 9,16 horas. Nosso objetivo é seguir aprimorando e encerrar 2012 com um FEC de 5,03 vezes e um DEC de 8,11 horas, frente a um limite regulatório de 8,67 horas e 6,87 vezes.

Na AES Sul, também como resultado de nossas ações e investimentos na contínua melhoria da qualidade dos serviços prestados, alcançamos uma redução de 2,68 horas no DEC e de 0,83 vez no FEC, encerrando 2011 com um DEC de 15,37 horas e um FEC de 9,28 horas.

Na geração de energia elétrica investimos R\$ 175,3 milhões (R\$ 82,2 milhões em 2010) principalmente na manutenção e modernização de nossas usinas hidroelétricas da AES Tietê, que tem como meta dobrar sua capacidade instalada, adicionando cerca de 3 mil MW até 2016. Nesse sentido, em 2011 avançamos com o projeto Termo São Paulo, unidade termelétrica a gás natural com capacidade de geração de 550 MW, a ser instalada no município de Canas (SP), com investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão. Em outubro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia e, tão logo se confirme disponibilidade de suprimento de gás natural para novos leilões de energia, o projeto poderá ser levado adiante.

A AES Uruguiana, termelétrica com capacidade de geração de 640 MW, permanece com suas atividades paralisadas em função da suspensão do contrato de fornecimento de gás da Argentina. Em dezembro de 2011, foram retomadas as audiências no processo de arbitragem movido pela AES Uruguiana contra a YPF S.A. na Argentina. Nossa expectativa é que este processo seja concluído no segundo semestre de 2012.

Em Segurança, nosso Valor Número 1, nossos investimentos foram de R\$ 43,5 milhões direcionados a treinamentos, campanhas e palestras junto a comunidades e escolas, equipamentos de proteção e aperfeiçoamento constante de procedimentos operacionais. Esses investimentos e o comprometimento de todos os nossos colaboradores foram decisivos para que em 2011 não tivéssemos qualquer fatalidade com colaboradores próprios e contratados e para que reduzíssemos em 32% o número de acidentes fatais com a população na área de concessão de nossas distribuidoras de energia elétrica.

Em nossa atuação social nas comunidades, demos mais um passo. Em julho de 2011 inauguramos a 7ª unidade da Casa de Cultura e Cidadania em Novo Hamburgo, área de concessão da AES Sul, no Rio Grande do Sul. Com essa nova unidade, atingimos cerca de 5.600 crianças e adolescentes beneficiados diretamente pelo projeto. A AES Eletropaulo, junto com o Ministério de Desenvolvimento Social e prefeituras de sua área de concessão, tem realizado o recadastramento de beneficiários da Tarifa Social, em vista das alterações introduzidas na regulação específica em 2011. Já foram recadastrados cerca de 270 mil beneficiários, e nossa expectativa é que se alcance cerca de 500 mil clientes.

Em 2011, o Grupo AES Brasil alcançou um Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 4,9 bilhões e um lucro líquido de R\$ 3 bilhões, 17% e 35% superiores a 2010, respectivamente.

Em 2011, tivemos diversos reconhecimentos, destacando-se:

- AES Eletropaulo foi considerada, pela terceira vez consecutiva, "A Empresa mais Admirada no Brasil", na categoria Fornecimento de Energia Elétrica, pela revista Carta Capital;
- AES Sul conquistou o Prêmio Ibero-americano de Qualidade, o Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) nas categorias Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social e a Medalha Eloy Chaves, outorgada pela Fundação COGE, em reconhecimento a seus padrões de segurança;
- AES Tietê conquistou o Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, entre empresas com receita líquida até R\$ 2 bilhões, e o Prêmio Destaque Setorial, na categoria Energia Elétrica, do Prêmio Abrasca de Criação de Valor;
- AES Eletropaulo e AES Tietê mantiveram-se no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, pelo sétimo e sexto ano, respectivamente;
- AES Eletropaulo, AES Tietê e AES Sul receberam o Selo Ético, fazendo parte do Cadastro Pró-Ética, uma iniciativa - da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos.

Para o período de 2012 a 2016, definimos um novo Planejamento Estratégico, suportado por nossa Plataforma de Sustentabilidade, renovando e reforçando o foco no cliente e estabelecendo os demais direcionadores-chave para os próximos 5 anos: crescimento, gestão de públicos de relacionamento e eficiência e disciplina na execução. A este planejamento estão associados investimentos em nossos negócios de distribuição e geração de energia elétrica de cerca de R\$ 5,5 bilhões nos próximos 5 anos. Para distribuição estão previstos R\$ 4,7 bilhões, e na geração R\$ 814 milhões. Esses valores poderão ser ampliados à medida que avançarmos na nossa estratégia de crescimento e no desenvolvimento de novos projetos de geração.

Agradecemos a confiança de nossos clientes, a dedicação e o compromisso de nossos colaboradores e todo o suporte de nossos fornecedores, acionistas, comunidades, órgãos reguladores, poderes públicos e investidores.

**Britaldo Soares**

Presidente do Grupo AES Brasil

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

## PREZADOS ACIONISTAS

A Administração da AES ELPA S.A. ("AES Elpa"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

## PERFIL

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário das empresas Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasileira de Energia que detém 98,26% de seu capital total.

Em 8 de julho de 2011, a AES Elpa firmou contrato com a TIM Celular para a venda da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. ("AES Com Rio"). Em 31 de outubro de 2011, foi concluído o processo de venda da AES Com Rio no valor de R\$ 447,5 milhões e em 26 de julho de 2011 foi aprovada a redução de capital da AES Elpa.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 958.781.908,12, representado por 95.061.053 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras da AES Elpa relativas ao exercício de 2011 adotam o padrão contábil internacional -IFRS (International Financial Reporting Standards) estabelecido pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

O lucro líquido apurado em 2011, no valor de R\$ 436,9 milhões, reflete basicamente o resultado de participações societárias nas controladas AES Eletropaulo e AES Com Rio.

Os ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos durante o ano são explicados pelo bom desempenho da controlada AES Eletropaulo. Os principais fatores que explicam o desempenho da subsidiária no ano de 2011 são:

- crescimento de 4,1% do mercado total;
- reajuste tarifário anual de 2010, que contribuiu para a evolução da receita no 1º semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010;
- postergação, para julho de 2012, da aplicação da metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a AES Eletropaulo, beneficiando o Ebitda em R\$ 354,0 milhões, de acordo com a melhor estimativa da Companhia, uma vez que os valores definitivos da revisão tarifária ainda não foram divulgados pela Aneel;
- demais itens regulatórios, tais como os relacionados ao ajuste do Fator Xe do 2º ciclo, compra de energia, encargos setoriais, dentre outros, impactaram positivamente o Ebitda em R\$ 18,4 milhões;
- recebimento, no 3T11, da 3ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo no valor de R\$ 75,5 milhões, com contrapartida de R\$ 11,3 milhões na linha de "outras despesas operacionais" em função de gastos com iluminação pública previstos no acordo. Assim, o referido acordo gerou um efeito positivo de R\$ 64,2 milhões no Ebitda e de R\$ 38,5 milhões no lucro líquido;
- reversões de provisões para contingências trabalhistas relativas a processos de equiparação salarial e tributárias relacionadas à discussão de dívida de IPTU de imóveis ocorridas no 3T11, com impacto de R\$ 73,2 milhões no Ebitda e de R\$ 48,3 milhões no lucro líquido;
- reconhecimento, no 3T11, de um item não recorrente referente a impostos a recuperar, classificados na rubrica Outros Tributos Compensáveis, no valor de R\$ 54,7 milhões, a título de correção monetária e juros de mora, sobre a contribuição do Finsocial, que gerou impacto positivo de R\$ 36,1 milhões no lucro líquido. Em 31 de dezembro a Controlada AES Eletropaulo havia compensado a totalidade do saldos de Finsocial com outros tributos federais a pagar;
- pagamento compensatório, no 4T11, da alienação das quotas da AES Eletropaulo Telecom pela Companhia Brasileira de Energia para a TIM Celular, com efeito positivo de R\$ 707,3 milhões no Ebitda e de R\$ 466,8 milhões no lucro líquido.

## REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Administração da AES Elpa propõe a distribuição de 69% da base para pagamento de dividendos do ano de 2011 no valor de R\$ 306,4 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 136,8 milhões, seja destinado à Reserva Especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades da Companhia. O saldo dessa reserva poderá ser distribuído futuramente aos acionistas na forma de dividendos por decisão do Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral.

As demonstrações mencionadas acima serão aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) que está prevista para 16 de abril de 2012, quando também ocorrerá: (i) ratificação dos juros sobre o capital próprio, em valor bruto de R\$ 20.987.891,80, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2011, equivalentes a R\$ 0,220783288 por ação ordinária, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) ratificação dos dividendos intermediários de R\$ 128.000.000,00, equivalentes a R\$ 1,346503073 por ação ordinária, valor que foi pago aos acionistas em 23 de setembro de 2011; e (iii) aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado do 2S11, no valor de R\$ 157.380.000,00, equivalentes a R\$ 1,655567607 por ação ordinária, além da definição da data do pagamento.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalente de caixa	4	44	20	162.995	302.261
Investimentos de curto prazo	4	5.041	4.498	1.232.561	1.382.654
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	–	–	1.520.600	1.450.945
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	5.321	5.634	53.347	63.934
Outros tributos compensáveis	6	–	2	84.225	75.775
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		59.073	23.699	–	–
Serviços prestados		–	–	12.207	–
Devedores diversos		–	–	1.669	2.592
Contas a receber - acordos	8	–	–	257.518	201.692
Outros créditos	9	–	–	105.753	103.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	–	–	(354.784)	(344.680)
Almoxarifado		–	–	52.553	55.348
Despesas pagas antecipadamente		1	22	775	771
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>69.480</b>	<b>33.875</b>	<b>3.117.212</b>	<b>3.307.253</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Outros tributos compensáveis	6	–	–	104.010	97.802
Cauções e depósitos vinculados	20	17.073	12.169	493.064	486.794
Contas a receber - acordos	8	–	–	94.790	183.556
Outros créditos	9	–	–	104.273	85.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	–	–	(53.969)	(144.389)
Ativo financeiro de concessão	11	–	–	1.041.813	872.081
Investimentos	12	1.236.712	1.265.996	9.500	9.500
Imobilizado, líquido	13	95	95	9.559	113.736
Intangível	11 / 14	745.302	791.249	6.618.616	6.644.252
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.999.182</b>	<b>2.069.509</b>	<b>8.421.646</b>	<b>8.348.818</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.068.662</b>	<b>2.103.384</b>	<b>11.538.858</b>	<b>11.656.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	–	–	9.835.578	9.697.157
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Custo com Energia Elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	28	–	–	(4.305.026)	(4.186.190)
Energia elétrica comprada para revenda - proinfa	28	–	–	(159.045)	(167.609)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	28	–	–	(1.225.077)	(1.135.854)
Taxa de fiscalização		–	–	(22.884)	(19.252)
<b>Custo de Operação</b>					
Pessoal e administradores	(22)	–	–	(509.355)	(479.214)
Entidade de previdência privada		–	–	(112.320)	(167.914)
Serviços de terceiros		–	–	(461.022)	(406.939)
Material		–	–	(51.676)	(35.828)
Custo de construção		–	–	(738.745)	(708.708)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		–	–	79.326	51.115
Provisão para litígios e contingências, líquida		–	–	80.238	77.298
Depreciação e amortização		–	–	(503.340)	(499.725)
Outros custos	29	(2.113)	(2.395)	(271.586)	(373.066)
Outras Receitas - alienação de investimentos	32 (ii)	–	–	707.313	265.369
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(2.135)</b>	<b>(2.395)</b>	<b>(7.493.199)</b>	<b>(7.786.517)</b>

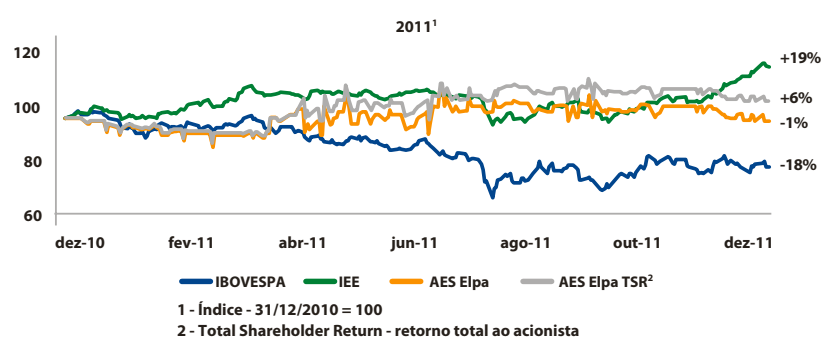
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Dividendos 2011 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2011	436,9
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	26,4
Dividendos e JSCP prescritos até 31/12/11	3,0
Constituição de Reserva Legal (5%)	(23,2)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>443,1</b>
Dividendos Intermediários já distribuídos	128,0
Juros sobre Capital Próprio já destinados	21,0
<b>Dividendos complementares propostos</b>	<b>157,4</b>
Destinação para Reserva Especial	136,8

## MERCADO DE CAPITAIS

A ação ordinária da AES Elpa (AELP3) encerrou 2011 com queda de 1,1%, sendo cotada em R\$ 45,50, enquanto o Ibovespa desvalorizou 18,3% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) valorizou 19,0%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 174 dos 249 pregões realizados na BM&FBOvespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 678 negócios, envolvendo cerca de 952,5 mil ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 64,3 mil no mercado à vista de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 4,3 bilhões.

## AES Elpa x Ibovespa x IEE



## SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A Elpa utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("EYT") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. Não foram contratados quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses. Em atendimento ao rodízio de auditores independentes determinado pelo artigo 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada para auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2012, iniciando suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (ITRs) do primeiro trimestre de 2012. As políticas da Companhia vetam a contratação de seus auditores independentes para prestação de serviços que acarretem conflito de interesses ou perda de independência. O escopo de trabalho de nossos auditores independentes não inclui a revisão de informações não financeiras apresentadas no relatório, tais como volume de energia vendida, comprada ou gerada, preços, entre outras, assim como os percentuais derivados dessas informações.

## A ADMINISTRAÇÃO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	15	20	–	1.066.806	983.739
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	88.759	57.911
Debêntures	17	–	–	199.980	200.040
Encargos de dívidas	17	–	–	59.074	64.664
Custos a amortizar	17	–	–	(7.655)	(5.224)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7	–	–	4.398	7.292
Outros tributos a pagar	16	5.116	6.369	454.987	471.802
Contas a pagar com partes relacionadas		536	536	536	536
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados		18.829	23.143	170.829	87.970
Obrigações estimadas	19	–	–	95.842	84.451
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	3.131	3.761
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	21	–	–	102.078	89.337
Provisões para litígios e contingências	20	–	–	165.002	211.832
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	22	–	–	40.727	75.417
Outras obrigações	23	450	472	172.244	186.808
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>24.951</b>	<b>30.520</b>	<b>2.616.738</b>	<b>2.520.336</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	15	–	–	432	400
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	730.018	811.019
Debêntures	17	–	–	1.449.980	1.649.960
Custos a amortizar	17	–	–	(24.171)	(34.973)
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	777	434	151.955	118.256
Obrigações com entidade de previdência privada	18	–	–	1.230.546	1.372.780
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	21	–	–	27.088	26.927
Provisões para litígios e contingências	20	11.616	8.167	333.294	336.411
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	22	–	–	76.702	87.794
Obrigações estimadas	19	–	–	20.438	19.492
Reserva de reversão		–	–	66.085	66.085
Outras obrigações	23	–	–	55.436	32.021
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.393</b>	<b>8.601</b>	<b>4.117.803</b>	<b>4.486.172</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado	24	958.782	1.058.420	958.782	1.058.420
Recursos destinados a futuro aumento de capital	32	429.200	429.200	429.200	429.200
Reserva lucros:					
Reserva legal	24	93.984	70.821	93.984	70.821
Reserva estatutária	24	136.766	–	136.766	–
Outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial	24	255.206	273.213	255.206	273.213
Proposta de distribuição de dividendos adicional	24	157.380	232.609	157.380	232.609
<b>SUBTOTAL</b>		<b>2.031.318</b>	<b>2.064.263</b>	<b>2.031.318</b>	<b>2.064.263</b>
Participação de não controladores		–	–	2.772.999	2.585.300
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.031.318</b>	<b>2.064.263</b>	<b>4.804.317</b>	<b>4.649.563</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.068.662</b>	<b>2.103.384</b>	<b>11.538.858</b>	<b>11.656.071</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva Estatutária					
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1.058.420</b>	<b>429.200</b>	<b>53.245</b>	<b>–</b>	<b>273.217</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>4.574.851</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	376.136	–	–	1.306.489
Pagamento de dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	(228.068)	–	(228.068)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(24.829)	26.476	–	–	1.647
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	8.442	(9.002)	–	–	(560)
Atualização do ativo financeiro de concessão	–	–	–	–	24.823	–	–	55.330	80.153
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização do ativo financeiro de concessão	–	–	–	–	(8.440)	–	–	(18.812)	(27.252)
Remuneração com base em ações	–	–	–	–	–	–	–	1.208	1.208
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos intercalares	–	–	17.576	–	–	(17.576)	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(75.499)	–	(75.499)	(75.499)
Dividendos recebidos no exercício - não controladores	–	–	–	–	–	(25.838)	–	(25.838)	(25.838)
Proposta de dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(957.568)	(957.568)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.058.420</b>	<b>429.200</b>	<b>70.821</b>	<b>–</b>	<b>273.213</b>	<b>–</b>	<b>232.609</b>	<b>2.064.263</b>	<b>4.649.563</b>
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	436.885	–	–	

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>436.885</b>	<b>376.136</b>
<b>Outros resultado abrangentes</b>		
Atualização do ativo financeiro de concessão	12.679	24.823
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(4.451)	(8.440)
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>445.253</b>	<b>392.519</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido	436.885	376.136	436.885	376.136
Depreciação e amortização	–	–	509.395	510.225
Amortização do intangível de concessão	45.946	45.946	45.946	45.946
Variação monetária/cambial	(510)	(630)	(20.965)	(13.485)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(79.480)	(51.237)
Provisão (Reversão) de litígios e contingências	3.449	3.023	54.289	51.037
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	–	–	344.922	338.522
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 600	–	–	114.511	185.574
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(1.093)	(330)	(122.923)	(120.464)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	–	–	42.064	–
Resultado de equivalência patrimonial	(487.453)	(449.875)	–	114.751
Perdas em investimentos	21.235	23.073	21.235	23.073
Tributos e contribuições sociais diferidos	335	351	18.710	103.561
Ações e opções de ações outorgadas	–	–	830	1.276
Participação de acionistas não controladores	–	–	1.084.652	930.352
Dividendos e JSCP recebidos	387.895	422.319	34.048	–
Ganho de capital na alienação de investimentos	–	–	(707.313)	(265.369)
Resultado de operações descontinuadas	(19.736)	–	–	–
Reversão Banco Santos	–	–	–	(106.265)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	–	–	(69.770)	(23.217)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.553	3.514	1.612	174.257
Outros tributos compensáveis	2	(2)	(20.143)	(19.809)
Serviços Prestados	–	–	(4.130)	(2.222)
Devedores Diversos	–	–	750	(325)
Almoxarifado	–	–	948	(1.824)
Contas a receber - Acordos	–	–	32.950	42.312
Empréstimos a receber de partes relacionadas	–	–	–	6.442
Despesas pagas antecipadamente	21	(22)	58	140
Outros créditos	1.087	1.087	(1.974)	58.396
Fornecedores	20	(8)	89.559	147.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	6.876	(16.685)
Outros tributos a pagar	(530)	(305)	(12.875)	15.385
Contas a pagar a partes relacionadas	–	–	1	1
Pagamento de litígios e contingências	–	–	(104.009)	(148.036)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	670	590
Obrigações estimadas	–	–	12.307	6.028
Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	–	–	12.902	68.196
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	–	–	(60.616)	(60.123)
Outras obrigações	(12)	48	9.007	44.430
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	873	482	133.362	119.822
Juros Pagos (encargos de dívidas)	–	–	(342.141)	(358.443)
Transferência p/atividade descontinuada	–	–	(21.760)	(45.000)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>390.880</b>	<b>424.213</b>	<b>1.440.273</b>	<b>2.125.873</b>
<b>Atividades de investimento:</b>				
Adições de ativo imobilizado e intangível	–	–	(796.563)	(733.489)
Consumidores - Participação financeira	–	–	92.497	39.961
Aplicações em investimento de curto prazo	(161.301)	(6.852)	(5.034.901)	(4.579.627)
Resgates de investimento de curto prazo	160.939	9.799	5.157.490	4.179.078
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(4.394)	(6.397)	29.464	(8.962)
Alienação de investimentos	–	–	69.913	308.367
Transferência p/atividade descontinuada	–	–	14.982	22.046
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento</b>	<b>(4.756)</b>	<b>(3.450)</b>	<b>156.282</b>	<b>(772.626)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	–	–	4.030	803.218
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(382.242)	(417.435)	(1.224.798)	(1.383.373)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	(3.858)	(3.325)	(10.547)	(8.341)
Pagamento de empréstimos	–	–	(250.819)	(521.490)
Custo de empréstimos	–	–	–	(10.667)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	–	–	(254.544)	(239.167)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	–	–	(4.314)	(3.614)
Transferência p/atividade descontinuada	–	–	5.181	–
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(386.100)</b>	<b>(420.760)</b>	<b>(1.735.821)</b>	<b>(1.340.480)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>(139.266)</b>	<b>12.767</b>
Caixa ao início do exercício	20	17	302.261	289.494
<b>Caixa ao final do exercício</b>	<b>44</b>	<b>20</b>	<b>162.995</b>	<b>302.261</b>
<b>Informações adicionais</b>				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	695.488	366.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações Gerais**

A AES Elpa S.A. ("Companhia" ou "Elpa") está constituída como uma sociedade por ações e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela AES Corporation (AES Corp.). A sede da Companhia está localizada na Rua Lourenço Marques, 158, São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Contexto operacional das controladas**

**Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"):**  
A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia, que por sua vez é uma controlada indireta da AES Corporation (AES Corp. sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede da controlada Eletropaulo está localizada na Rua Lourenço Marques, 158 - Vila Olímpia, no município de São Paulo.  
A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota nº 27, faturou 36.817 GWh no exercício de 2011 e 35.434 GWh no exercício de 2010, atendendo a aproximadamente 6,3 milhões de clientes em dezembro de 2011 (informações não auditadas pelos auditores independentes). O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.  
Segundo o Contrato de Concessão, a Eletropaulo deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Companhia deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011.  
No final de 2011, a ANEEL resolveu abrir Audiência Pública nº 70/2011, a fim de obter subsídios para alteração da Resolução Homologatória nº 1174/2011 e prorrogar as tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010 até a data do aniversário contratual do reajuste tarifário de 2012 da Eletropaulo. Os efeitos da Revisão Tarifária serão retroativos a 4 de julho de 2011.  
AES Communications Rio de Janeiro S.A. ("AES Com Rio") - controlada até 30 de junho de 2011:  
Até 30 de junho de 2011, a Companhia possuía participação na AES Com Rio, uma sociedade prestadora de serviços de telecomunicações autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.  
Conforme descrito na nota 24, os acionistas da AES Elpa aprovaram, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2011, a redução do capital social da AES Elpa ("Redução de Capital"), efetivada mediante entrega aos seus acionistas de ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro S.A. de sua titularidade, passando o controle para sua controladora Companhia Brasileira de Energia. O valor da redução de capital corresponde ao saldo do investimento na controlada AES Com Rio na data-base 30 de junho de 2011. Desta forma, na demonstração dos resultados, os saldos referentes a esta empresa foram reclassificados para operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 24 de fevereiro de 2012.

**2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendem:  
a) As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".  
b) As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Controladora".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas complementares emitidas pela CVM.  
A Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, e normas emitidas pela CVM e por órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo.  
As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo valor do custo de aquisição.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**2.2. Base de preparação e apresentação**

A Companhia está apresentando suas demonstrações de resultado de 2011 e 2010 no formato estabelecido pelo Despacho nº 4.991 da ANEEL, emitido em 29 de dezembro de 2011. As alterações ocorridas na apresentação do resultado resultaram em algumas alterações nas demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado. Nesse modo, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram auditados pelos auditores independentes.

**2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

**2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**2.3.2. Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das Demonstrações Contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

**2.4. Critérios de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas Eletropaulo e AES Com Rio (até 30 de junho de 2011), vide nota nº 12. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

- Entre os principais ajustes de consolidação estão:
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
  - Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.
  - Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.
  - A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentado após o lucro líquido do período ou exercício conforme o caso.

As seguintes controladas estão apresentadas nas Demonstrações Contábeis consolidadas:

	Atividade		Participação	
	2011	2010	2011	2010
Eletropaulo	Distribuição	30,97%	30,97%	30,97%
AES Communications	Telecomunicações	0%	99,99%	–

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, exceto quanto à AES Com Rio com efeitos até 30 de junho de 2011, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, quando aplicáveis, já que os saldos e transações da AES Com Rio foram realizados dentro do exercício de 2011.

**3. Sumário das Práticas Contábeis**

**3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.  
Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.  
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação e foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com mantê-los até o vencimento e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de pagá-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>1. RECEITAS</b>				
Receita bruta de vendas de energia e serviços	–	–	15.319.479	14.764.807
Fornecimento de energia elétrica	–	–	15.240.153	14.713.692
Residencial	–	–	6.218.931	6.005.285
Industrial	–	–	6.458.449	6.111.628
Rural	–	–	4.151.582	3.940.951
Poder público	–	–	2.017.368	2.046.940
Iluminação pública	–	–	3.523	3.297
Serviço público	–	–	419.996	399.153
Encargo de capacidade emergencial	–	–	175.404	171.307
Remuneração do ativo financeiro	–	–	183.289	164.035
Transferência para atividade de distribuição	–	–	9	7
Outras	–	–	148.426	70.582
Suprimento de energia elétrica (energia no curto prazo)	–	–	(7.339.115)	(6.902.615)
Transmissoras, Pis/Cofins Diferença de alíquota e Não faturado	–	–	–	–
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	–	–	–	–
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	–	–	–	–
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	–	–	–	–
Transferência para atividade de distribuição	–	–	–	–
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda - TUSD	–	–	–	–
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos - TUSD	–	–	–	–
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	–	–	–	–
Receita relativa à construção de ativos próprios	–	–	–	–
Outras receitas operacionais	–	–	–	–
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.106)</b>	<b>(2.392)</b>	<b>(6.923.653)</b>	<b>(7.196.629)</b>
Materiais	–	–	(2.052.608)	(36.786)
Outras receitas - Venda EP Telecom	–	–	707.313	265.369
Outros custos operacionais	(2.106)	(2.392)	(141.384)	(262.300)
Custo da energia comprada e transmissão	–	–	(6.230.016)	(6.038.929)
Serviços de terceiros	–	–	(487.563)	(415.545)
Construção de ativos próprios	–	–	(738.745)	(708.708)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(2.106)</b>	<b>(2.392)</b>	<b>8.396.426</b>	<b>7.568.178</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(45.946)</b>	<b>(45.946)</b>	<b>(549.286)</b>	<b>(545.671)</b>
Depreciação e amortização	–	–	(503.340)	(499.725)
Amortização de intangível de concessão	(45.946)	(45.946)	(45.946)	(45.946)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>(48.052)</b>	<b>(48.338)</b>	<b>7.847.140</b>	<b>7.022.507</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>488.294</b>	<b>427.911</b>	<b>3.40.412</b>	<b>308.074</b>
Receitas financeiras	2.340	1.110	320.676	275.579
Resultado de participações societárias	466.218	394.306	–	–
Equivalência reclassificada p/resultado de operações descontinuadas	19.736	32.495	–	–
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>440.242</b>	<b>379.573</b>	<b>8.187.552</b>	<b>7.330.581</b>
<b>8.</b>				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

**3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**  
A Administração da Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O único elemento de avaliação da Companhia e suas controladas consideram uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

**3.6. Provisões**  
A Companhia registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desdobramento de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

**3.6.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**  
A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da saída dos recursos. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

**3.7. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**  
São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros e derivativos das controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial dos empréstimos, financiamentos e debêntures são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados. A Companhia e sua controlada Eletropaulo não têm registrado em 31 de dezembro de 2011 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis inclui a atualização pela variação monetária incorrida, de acordo com os índices determinados em cada contrato, até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Os encargos financeiros são registrados como despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo intangível.

**3.7.1. Liquidação de passivos financeiros**  
A Companhia e suas controladas liquidam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**3.7.2. Derivativos embutidos**  
Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não haviam identificado nenhum derivativo embutido em seus contratos.

**3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.9. Tributação**  
**3.9.1. Impostos sobre as vendas**  
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:  

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços na controlada Eletropaulo;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços na controlada Eletropaulo;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Na controlada Eletropaulo, as principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial, e isento para a classe residencial com consumo até 90kw, 12% para consumo entre 91kw a 200kw e de 25% para consumo acima de 201kw;
- Imposto sobre Serviços - 5% incidente sobre a prestação de serviços. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

**3.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**  
**Imposto de renda e contribuição social corrente**  
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.  
**Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada encerramento de balanço e registrada provisão para perdas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser liquidado. Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia. Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reverte a provisão para perda registrada em períodos anteriores proporcionalmente a esses lucros. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à controlada Eletropaulo e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra passivo fiscal corrente.

**3.10. Benefícios a empregados**  
A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A controlada Eletropaulo concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários - nota nº 18. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquele data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudança de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo do plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos ou perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da controlada Eletropaulo e não podem ser pagos diretamente à controlada Eletropaulo. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado do caso de títulos cotados, no preço de compra público. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

**3.11. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes**  
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

**3.12. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**  
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

**3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

**3.14. Distribuição de dividendos**  
Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia e suas controladas estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos a reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o aumento nas despesas de amortização, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia e suas controladas. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia e suas controladas registram no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas distribuem juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia e suas controladas, conforme previsto na legislação societária.

**3.15. Pagamentos baseados em ações**  
A AES Corp. mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga. De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia e suas controladas, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia e suas controladas de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquirentes pelos funcionários da Companhia e suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para os colaboradores ou quando esses exercem seu direito sobre as opções. Ainda de acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), após o aporte dos recursos, a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia e suas controladas em favor da AES Corp.

**3.16. Reconhecimento da receita**  
A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Baseado na Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações de Resultado, está demonstrada na nota nº 27. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

**3.16.1. Receita de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica**  
Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela controlada Eletropaulo. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica são, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as leituras são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

**3.16.2. Receita de juros**  
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**3.16.3. Contratos de construção**  
As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) *Contratos de Concessão*, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura dentro do escopo do CPC 17 (IAS 11) *Contratos de Construção*. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela controlada Eletropaulo são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente o prazo de remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da controlada Eletropaulo decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

**3.17. Contratos de arrendamento**  
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela controlada Eletropaulo (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado da controlada Eletropaulo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

**3.18. Taxas regulamentares**  
**a) Reserva Global de Reservas (RGR)**  
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de concessão elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.  
**b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**  
Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras relativa aos sistemas interligados com dupla destinação e que tem o objetivo de: pagar as despesas com o combustível usado nas geradoras térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.  
**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**  
Tem o objetivo de desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEL.  
**d) Programas de Eficiência Energética (PNE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**  
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.  
**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**  
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.  
**f) Encargo do Serviço de Sistema - ESS**  
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCIE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**3.19. Lucro por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) *Resultado por Ação*. O lucro básico e diluído por ação são calculados pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação, o lucro ou prejuízo do período foi segregado entre operações continuadas e descontinuadas (nota 26).

**3.20. Segmento de negócios**  
Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e suas controladas são baseadas em relatórios consolidados. Os segmentos operacionais da Companhia foram definidos de acordo com a natureza dos negócios da Companhia e suas controladas:  

- Holding - (Controladora);
- Distribuição de energia - (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.); e
- Telecomunicação (AES Communications Rio de Janeiro S.A.) - classificado como operação descontinuada.

**3.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**  
**Julgamentos**  
Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis.  
**Estimativas e premissas**  
As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, são discutidas a seguir:  
**3.21.1. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**  
Conforme descrito na nota 3.10, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as administrações considera a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadorias e pensões se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.  
**3.21.2. Amortização do intangível de concessão**  
Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 3.3, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 5,22% ao ano.  
**3.21.3. Vida útil dos bens do imobilizado**  
Conforme descrito na nota nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados com o menor entre a sua vida útil econômica estimada, ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.  
**3.21.4. Provisão para litígios e contingências**  
De acordo com a nota 3.6.1, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para litígios e contingências com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para litígios e contingências da Companhia são revisadas trimestralmente.  
**3.21.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**  
A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A controlada Eletropaulo avaliou as informações disponíveis sobre a metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária em suas projeções de caixa futuro, as quais não resultaram em redução do valor contábil dos ativos. A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum outro indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perda por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.  
**3.21.6. Impostos**  
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.  
**3.21.7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritos na nota nº 3.1.2.1.  
**3.21.8. Ativo financeiro de concessão**  
O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota nº 3.3.  
**3.21.9. Valor justo de instrumentos financeiros**  
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota nº 34.  
**3.21.10. Transações com Pagamentos Baseados em Ações**  
O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do método de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais relevantes relacionados com a concessão para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

**3.22. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641 de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, emitido pelo CPC.

**3.23. Demonstrações dos Resultados**  
As demonstrações dos resultados estão apresentadas pela natureza das despesas e receitas operacionais.

**3.24. Novos IFRS e interpretações do IFRIC**  
Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados. A aplicação no Brasil de novos pronunciamentos emitidos pelo IASB diretamente em português e tradução desses pronunciamentos pelo CPC e homologação pelos órgãos reguladores, no caso das companhias abertas pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações, conforme segue:  

- IFRS 9 *Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)* - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que essa alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 10 *Demonstrações Contábeis Consolidadas (Consolidated Financial Statements)* - O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 11 *Contratos entre empreendedores (Joint Arrangements)* - Esse IFRS substitui o IAS 31 - Investimento em Empreendimentos em Conjunto. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em um empreendimento em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui empreendimentos em conjunto, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IFRS 12 *Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interest in other entities)* - O IFRS 12 requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem nas atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a extensão dos investimentos em coligações com a participação nas entidades controladas; (v) a natureza e extensão de sua participação nas entidades consolidadas, bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem como a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiárias, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esse IFRS não traz impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, entretanto aumentará o nível de divulgação sobre a participação detida pela Companhia em outras entidades. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo (Fair value measurement)* - O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e. um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Portanto, em um empreendimento em conjunto, o preço de mercado de um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 27 *Demonstrações contábeis separadas (Separate financial statements)* - O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - *Demonstrações contábeis consolidadas*. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 28 *Investimentos em coligações e empreendimentos em conjunto (Investments in associates and joint ventures)* - O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os impactos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de avaliação patrimonial ser aplicado tanto para os investimentos em coligações como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- Modificações no IAS 1 *Apresentação das demonstrações contábeis (Amendments to IAS 1 Presentation of financial statements)* - em junho de 2011 o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (*other comprehensive income*), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 19 *Benefícios a empregados (Employee benefits)* - em junho de 2011 o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do controlador e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

- A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:
- CPC 15 R1 - Combinação de Negócios - Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011;
  - CPC 19 R1 - Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto - Deliberação CVM nº 666 de 4 de agosto de 2001;
  - CPC 35 - Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 667 de 4 de agosto de 2011;
  - CPC 36 R2 - Demonstrações Consolidadas - Deliberação CVM nº 668 de 9 de agosto de 2011;
  - CPC 20 R1 - Custo de Empréstimos - Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011;
  - CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária - Deliberação CVM nº 673 de 20 de outubro de 2011;
  - CPC 00 R1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Deliberação CVM nº 675 de 13 de dezembro de 2011;
  - CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Deliberação CVM nº 676 de 13 de dezembro de 2011;
  - ICPC 01 R1 - Contratos de Concessão - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011;
  - ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011.
- A Companhia efetuou revisão dos pronunciamentos acima descritos e verificou que não há impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos. Os impactos identificados correspondem a melhorias nas divulgações, as quais foram consideradas nessas demonstrações contábeis.

4. Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa:	2011	2010	2011	2010
Numerário Disponível	44	20	24.729	14.903
Numerário em Trânsito	-	-	30.106	29.388
CDB-DI (I)	-	-	10.102	106.157
Operação Compromissada (I)	-	-	98.058	151.813
	<b>44</b>	<b>20</b>	<b>162.995</b>	<b>302.261</b>
Investimentos de curto prazo:	2011	2010	2011	2010
CDB-DI (I)	-	-	475.361	518.646
Operação Compromissada (I)	5.041	2.838	736.285	844.509
Títulos Públicos (II)	-	-	20.915	19.069
Fundo de Investimento	-	-	-	430
	<b>5.041</b>	<b>4.498</b>	<b>1.232.561</b>	<b>1.382.554</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (\*) foram remunerados, em média, a 102,27% do CDI durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (101,82% em 2010), e têm características de liquidez imediata.

(II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada não mantinham linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

**5. Consumidores, Concessionárias e Permissonárias**

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissonárias é como segue:

CIRCULANTE	Consolidado					
	2011		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
Consumidores - Fornecimento:	Saldos vncendos	Saldos vencidos				
	até 90 dias	mais de 90 dias				
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.560	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
<b>Total - Faturado</b>	<b>446.444</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>952.360</b>	<b>(104.921)</b>	<b>847.439</b>
Não Faturado	542.907	-	-	542.907	-	542.907
<b>Total</b>	<b>989.351</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.495.267</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.390.346</b>
<b>Concessionárias e permissonárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	-	-	24.820	-	24.820
Encargos de Uso da Rede	513	-	-	513	-	513
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.333</b>	<b>-</b>	<b>25.333</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.014.284</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.520.600</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.415.679</b>

CIRCULANTE	Consolidado					
	2010		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
Consumidores - Fornecimento:	Saldos vncendos	Saldos vencidos				
	até 90 dias	mais de 90 dias				
Residencial	208.075	221.918	37.141	467.134	(83.012)	384.122
Industrial	51.067	27.867	39.846	118.780	(32.966)	85.814
Comercial	144.659	53.782	25.168	223.609	(23.800)	199.809
Rural	80	79	16	175	-	175
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.646	1.748	260	4.654	(476)	4.178
Estadual	8.586	1.229	2.280	12.075	(127)	11.948
Municipal	13.671	2.754	4.167	20.592	(8.013)	12.579
Iluminação pública	14.800	1.192	740	16.732	(572)	16.160
Serviço público	10.841	11.379	1.921	24.141	(1.477)	22.664
<b>Total - Faturado</b>	<b>454.425</b>	<b>321.948</b>	<b>111.519</b>	<b>887.892</b>	<b>(150.443)</b>	<b>737.449</b>
Não Faturado	523.877	-	-	523.877	-	523.877
Não Faturado - Pis/Cofins	35.826	-	-	35.826	-	35.826
<b>Total</b>	<b>1.014.128</b>	<b>321.948</b>	<b>111.519</b>	<b>1.447.595</b>	<b>(150.443)</b>	<b>1.297.152</b>
<b>Concessionárias e permissonárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Encargos de Uso da Rede	78	-	-	78	-	78
<b>Total</b>	<b>3.350</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.350</b>	<b>-</b>	<b>3.350</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.017.478</b>	<b>321.948</b>	<b>111.519</b>	<b>1.450.945</b>	<b>(150.443)</b>	<b>1.300.502</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a controlada Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação a infraestrutura da concessão.

A Administração da controlada Eletropaulo continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a redução dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

**6. Tributos a recuperar**

Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE				
Contribuição Social	-	-	7.220	6.323
Imposto de Renda	5.321	5.634	46.127	57.611
<b>Subtotal</b>	<b>5.321</b>	<b>5.634</b>	<b>53.347</b>	<b>63.934</b>
<b>Outros Tributos Compensáveis</b>				
CIRCULANTE				
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	-	-	2.074	2.545
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	58.525	53.124
Cofins	-	-	18.296	16.209
Pis	-	-	5.179	3.514
Outros	-	-	2	151
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.225</b>	<b>75.775</b>
INSS - Auxílio doença - nota nº 9	-	-	(1.963)	(1.963)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82.262</b>	<b>73.812</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pis - Crédito tributário	-	-	60.609	58.495
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	43.401	39.307
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.010</b>	<b>97.802</b>
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.235</b>	<b>173.577</b>

**7. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2011	2010	2011	2010
<b>No Resultado</b>				
Provisão de benefício a empregados	291.040	331.824	(40.784)	(33.122)
Provisão para litígios e contingências	154.781	200.317	(45.536)	(9.175)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	138.060	165.070	(27.010)	(16.199)
Reversão dos Ativos e Passivos Regulatórios para fins de CPC	(45.767)	(42.996)	(2.771)	(121.536)
Ajustes de avaliação patrimonial	(755.827)	(805.221)	49.394	51.747
Outros	65.758	32.750	48.391	23.914
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(151.955)</b>	<b>(118.256)</b>	<b>(18.316)</b>	<b>(104.371)</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>		
Tributos Diferidos	-	-	940.496	-
Tributos diferidos ativos	-	-	-	1.092.451
Tributos diferidos passivos	-	-	-	-

**Movimentação dos impostos diferidos**

**Saldo em 31 de dezembro de 2009** **9.494**

Impacto no resultado (104.371)

Impacto no patrimônio líquido (24.189)

Transferência para Atividade descontinuada 810

**Saldo em 31 de dezembro de 2010** **(118.256)**

Impacto no resultado (18.316)

Impacto no patrimônio líquido (13.920)

Transferência para Atividade descontinuada (1.463)

**Saldo em 31 de dezembro de 2011** **(151.955)**

Em 2011 a Companhia está apresentando o imposto de renda diferido de forma líquida no passivo não circulante. Para fins de comparação a Companhia também está apresentando o saldo de 2010 de forma líquida.

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia e suas controladas que possuem tributos diferidos ativos registrados devem estar suportados por um estudo técnico que demonstre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a sua realização. A Companhia e suas controladas elaboraram esse estudo técnico, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia e suas controladas.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia e suas controladas estimam a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

b) Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:	2011		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2012	297.192	106.989	404.181
2013	150.577	54.208	204.785
2014	86.628	31.186	117.814
2015	86.346	31.085	117.431
2016	63.501	22.860	86.361
2017 - 2019	2.395	862	3.257
2020 - 2021	4.902	1.765	6.667
	<b>691.541</b>	<b>248.955</b>	<b>940.496</b>

A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da Companhia e de suas controladas.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização de desses créditos.

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais, enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 1.059.021, R\$ 1.294.974 e R\$ 646.710, respectivamente.

**8. Contas a Receber - Acordos**

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

CIRCULANTE	Consolidado	
	2011	2010
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura Municipal de São Paulo (I)	75.453	75.454
Prefeituras Municipais diversas	28.617	29.086
Consumidores	151.678	97.051
Outros	1.770	101
<b>Subtotal</b>	<b>257.518</b>	<b>201.692</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	-	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	-	(148.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	-	(20.414)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>13.197</b>	<b>16.470</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura Municipal de São Paulo (I)	-	75.453
Prefeituras Municipais diversas	70.534	91.158
Consumidores	24.246	16.945
<b>Subtotal</b>	<b>94.780</b>	<b>183.556</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	-	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	-	(93)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(5)	(98)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 10	(53.948)	(68.193)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 10	(16)	(645)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>40.811</b>	<b>39.167</b>

(I) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo pagamento está sendo efetuado em quatro parcelas, sendo R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75.454, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012. As parcelas com vencimento até 30 de julho de 2011 foram devidamente liquidadas pela Prefeitura.

**9. Outros Créditos**

CIRCULANTE	Consolidado	
	2011	2010
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	32.155	23.681
Programa Baixa Renda	-	13.668
Alienação de bens e direitos	4.061	9.257
Quota de FGR - recolhimento efetuado a maior	-	464
Financiamento à Cesp	317	383
Cauções e Depósitos Vinculados	51.070	39.952
Outros	18.150	16.349
<b>Total</b>	<b>105.753</b>	<b>103.754</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - Diversos (nota 10)	(74)	(246)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>105.679</b>	<b>103.508</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	14.184	-
Alienação de Bens e Direitos	79.899	71.937
Financiamento à Cesp	4.367	4.161
Outros	5.823	9.398
<b>Total</b>	<b>104.273</b>	<b>85.486</b>

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Eletropaulo ofereceu com garantia parte de seus depósitos bancários no montante de R\$ 50.791. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

**10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado						Veículos	Total
	Terrenos	Total	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro			
<b>Em Serviço</b>										
<b>Custo histórico</b>										
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	95	95	4.853	1.967	209.705	1.545	24.723	379	243.172	
Adições	-	-	41	41	23.305	-	4.159	-	27.505	
Baixas	-	-	(4.758)	(763)	(87.174)	(206)	(752)	-	(93.653)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	95	95	95	1.245	145.836	1.339	28.130	379	177.024	
Adições	-	-	-	-	16.525	-	1.083	-	17.608	
Baixas	-	-	-	-	(320)	-	-	-	(320)	
Transferências	-	-	-	25	(2.667)	-	-	-	(2.642)	
Transferência para atividade descontinuada	-	-	-	(1.270)	(159.374)	(1.339)	(3.138)	(379)	(165.500)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	95	95	95	-	-	-	26.075	-	26.170	
<b>Depreciação e amortização</b>										
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	-	-	-	(1.664)	(87.460)	(895)	(6.029)	(296)	(96.344)	
Adições	-	-	-	(41)	(11.176)	(126)	(5.872)	(39)	(17.254)	
Baixas	-	-	-	502	48.909	117	782	-	50.310	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	-	-	-	(1.203)	(49.727)	(904)	(11.119)	(335)	(63.288)	
Adições	-	-	-	(10)	(5.828)	(46)	(6.981)	(13)	(12.878)	
Transferências	-	-	-	-	2.642	-	-	-	2.642	
Transferência para atividade descontinuada	-	-	-	1.213	52.913	950	1.489	348	56.913	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-	-	-	-	(16.611)	-	(16.611)	

As vidas úteis utilizadas pela Companhia e suas controladas e o método de depreciação são revisados em bases anuais.

As informações referentes aos contratos de arrendamentos financeiros estão descritas na nota nº 17.1.a.9.

**14. Intangível**

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

Descrição	Controlada Eletropaulo	
	2011	2010
<b>Ativo Intangível de concessão</b>		
Ativo intangível	6.953.239	6.475.302
Amortização acumulada	(1.079.925)	(622.299)
<b>Total do ativo intangível de concessão - nota nº 11</b>	<b>5.873.314</b>	<b>5.853.003</b>

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da controlada Eletropaulo ou vida útil do bem (infraestrutura) relacionado, dos dois o menor.

A Companhia e suas controladas avaliam, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Essa avaliação é feita com a utilização do conceito do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A movimentação do ativo intangível de concessão é como segue:

Descrição	Em curso		Em serviço		Amortização Acumulada	Total do Ativo Intangível de Concessão	Outros Intangíveis	Total do Intangível
	Intangível	(-) Obrigações Especiais	Intangível	(-) Obrigações Especiais				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	255.640	(34.805)	6.623.433	(568.428)	(438.746)	5.837.094	837.195	6.674.289
Adições	708.708	(39.961)	524.364	(57.257)	1.135.854	614.421	-	614.421
Baixas	-	-	(362.680)	-	(362.680)	307.932	(54.748)	(54.748)
Amortização	-	-	-	-	-	29.948	(45.946)	(15.998)
Transferência (630.966)	-	57.257	-	-	(573.709)	-	(573.709)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	333.382	(17.509)	6.785.114	(625.685)	(622.299)	5.853.003	791.249	6.644.252
Adições	770.603	(92.497)	9.256	-	687.362	157.868	-	157.868
Baixas	-	-	(82.153)	-	(82.153)	38.891	(43.262)	(43.262)
Amortização	-	-	-	-	-	32.977	(45.947)	(12.970)
Transferência (456.022)	-	41.864	305.042	(18.156)	(127.272)	-	(127.272)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	(1.079.925)	5.873.314	745.302	6.618.616

**15. Fornecedores**

Descrição	Consolidado	
	2011	2010
<b>Suprimento e Transmissão:</b>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	166.760	148.202
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota nº 32	237.315	181.185
Contratos bilaterais - Outros	9.411	548
Energia no curto prazo - CCEE	14.320	20.492
Energia livre - Outros	57.450	55.958
Uso de rede básica	107.470	89.789
Encargos do serviço do sistema - CCEE	30.549	46.000
Conexão à rede básica	8.662	7.614
Transmissão	9.539	8.987
Uso do sistema de distribuição	2.278	2.236
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.777	2.446
Leilão - CCEAR	253.011	236.019
<b>Subtotal</b>	<b>899.542</b>	<b>799.476</b>
Materiais e Serviços	167.264	184.263
<b>Total</b>	<b>1.066.806</b>	<b>983.739</b>
Outros	432	400
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>400</b>

**16. Outros Tributos a Pagar**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	357.342	332.998
ICMS sobre perdas comerciais (i)	-	-	-	41.967
Pis	352	435	12.259	11.548
Cofins	1.622	2.005	56.466	53.190
Tributos e contribuições sociais - Parcelados	-	-	-	286
Outros	3.142	3.929	28.920	31.813
<b>Total</b>	<b>5.116</b>	<b>6.369</b>	<b>454.987</b>	<b>471.802</b>

(i) ICMS sobre perdas comerciais: O Decreto Estadual nº 55.421, de 10 de fevereiro de 2010, introduziu a obrigação para as distribuidoras de energia elétrica apurarem o ICMS sobre o montante das perdas comerciais mensalmente verificadas. Entende-se como perdas comerciais, a diferença entre o montante de energia elétrica regularmente faturada e o montante da energia elétrica contratada pela distribuidora, descontando o montante de energia elétrica relacionado às perdas técnicas.

A controlada Eletropaulo, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SIEESP, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos feitos do Decreto nº 55.421/2010, que determina a incidência do ICMS sobre a energia elétrica objeto de furto.

Em maio de 2010, foi deferida a liminar pleiteada para suspender o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, cujo primeiro vencimento ocorreria no dia 31 de maio de 2010. Em 07 de abril de 2011, foi proferida decisão favorável de 1ª Instância. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pelo Fisco no Tribunal de Justiça.

A despeito da referida liminar suspender o pagamento do ICMS sobre as perdas comerciais até que a decisão seja transitada em julgado, a controlada Eletropaulo entende que os referidos decretos geraram uma obrigação legal e, portanto, vinha contabilizando um passivo utilizando-se como base de cálculo o total das perdas incorridas no mês menos perdas técnicas.

Durante o quarto trimestre de 2011, a controlada Eletropaulo com base em parecer de assessores jurídicos revisou a forma de mensuração do passivo relativo ao ICMS sobre perdas comerciais e concluiu que o valor das perdas repassadas na tarifa deve ser excluído do cálculo para apurar a obrigação devida.

Considerando que as perdas comerciais incorridas são menores de que as perdas repassadas nas tarifas, não há base de cálculo adicional para o referido tributo. Desta forma, a controlada Eletropaulo reverteu em dezembro de 2011 o montante anteriormente reconhecido.

**17. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívidas e Custos de Transação**

17.1. O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

ENCARGOS DE DÍVIDAS	Consolidado	
	2011	2010
Moeda estrangeira	1	1
Moeda nacional	59.073	64.663
<b>Total</b>	<b>59.074</b>	<b>64.664</b>
<b>PRINCIPAL - CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	28	25
Moeda nacional	288.711	257.926
Custo de transação a amortizar	(7.655)	(5.224)
<b>Total</b>	<b>281.084</b>	<b>252.727</b>
<b>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	28	49
Moeda nacional	2.179.970	2.460.930
Custo de transação a amortizar	(24.171)	(34.973)
<b>Total</b>	<b>2.155.827</b>	<b>2.426.006</b>
<b>Total geral</b>	<b>2.495.985</b>	<b>2.743.397</b>

Moeda Nacional Instituições Financeiras/Credores	2011		Custo de Transação a Amortizar	
	Vencimento	Moeda	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	28
Debêntures				
9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.678	-
10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	13.956	199.980
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	4.131	-
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	11.927	-
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	6.508	-
<b>Subtotal</b>			<b>48.200</b>	<b>199.980</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754
BNDES - Finame - a.10	2015	8,7	30	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	3.173	50.000
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	7.395	30.000
Outros	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>10.873</b>	<b>80.754</b>
<b>Leasing</b>				
Arrendamento mercantil - a.9	-	-	12,14 a 13,90	-
<b>Subtotal</b>			-	-
<b>Total</b>			<b>59.073</b>	<b>288.711</b>

Moeda Nacional Instituições Financeiras/Credores	Vencimento	Moeda	Taxa Efetiva %	2010		Custo de Transação a Amortizar	
				Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante
Debêntures							
9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.044	-	250.000	(727)	(5.639)
Debêntures - 10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	19.974	200.040	399.960	(3.225)	(3.319)
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	4.084	-	200.000	(99)	(898)
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	11.516	-	400.000	-	(2.649)
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	6.310	-	400.000	-	(7.120)
<b>Subtotal</b>			<b>52.928</b>	<b>200.040</b>	<b>1.649.960</b>	<b>(4.051)</b>	<b>(19.625)</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754	2.639	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	3.956	50.000	200.000	(1.173)	(2.386)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	7.504	-	600.000	-	(12.962)
Outros	-	-	-	275	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>11.735</b>	<b>50.754</b>	<b>802.639</b>	<b>(1.173)</b>	<b>(15.348)</b>
<b>Leasing</b>							
Arrendamento mercantil - a.9	-	-	10,12 a 12,14	-	7.132	8.331	-
<b>Subtotal</b>			-	-	<b>7.132</b>	<b>8.331</b>	-
<b>Total</b>			<b>64.663</b>	<b>257.926</b>	<b>2.460.930</b>	<b>(5.224)</b>	<b>(34.973)</b>

Moeda Estrangeira Instituições Financeiras/Credores

STN - Resolução nº 96/93

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os recursos obtidos por meio da emissão de 9ª Emissão de Debêntures e das Cédulas de Crédito Bancário Sindicalizadas foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada Eletropaulo e bancos credores em 2004.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures. Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição pela controlada Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

Com relação às CCB's com o Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela controlada Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão da controlada Eletropaulo ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

Os recursos captados com a emissão da 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

Os recursos captados com a emissão da 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o EBITDA ajustado (\*) e (ii) EBITDA sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas.

(\*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA sobre o custo de caixa recebido atribuível ao reajuste privado atribuível a operação; (ii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificados na conta de "custo de operação" relacionados aos contratos de Confissão de Dívida e Reserva Matemática, que são contratos com a Fundação CESP; (iii) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida Provisória 14 de 21 de dezembro de 2001 (Lei nº 10.438, datado de 26 de abril de 2002) e (iv) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificados na conta de custo de operação.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

- RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- Debêntures (não conversíveis) - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local com pagamentos semestrais de juros equivalentes a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalente a 10% do montante total emitido.
- Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., ocorrido em 12 de maio de 2006, no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 12 de maio de 2010.
- Debêntures (

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

18.1. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

**Ativos e Passivos atuariais:**

	Controlada Eletropaulo		Controlada Eletropaulo	
	2011		2010	
Valor presente das obrigações atuariais	9.796.162	9.085.610		
Valor justo dos ativos do plano	(7.355.487)	(7.094.038)		
Ganho (Perda) atuarial	(1.210.129)	(618.792)		
<b>Total registrado</b>	<b>1.230.546</b>	<b>1.372.780</b>		

18.2. A movimentação do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada a seguir:

	Controlada Eletropaulo		Controlada Eletropaulo	
	2011		2010	
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	9.085.610	8.094.509		
Custo dos serviços correntes	14.663	16.020		
Custo dos juros	873.037	831.062		
Benefícios pagos	(723.118)	(675.122)		
Efeito de transferências de passivo	2.556	-		
Perda atuarial	543.414	819.141		
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do ano</b>	<b>9.796.162</b>	<b>9.085.610</b>		

18.3. A movimentação do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada a seguir:

	Controlada Eletropaulo		Controlada Eletropaulo	
	2011		2010	
Valor dos ativos do plano no início do ano	7.094.038	6.296.102		
Contribuição do empregador	252.101	237.391		
Contribuições dos empregados para o exercício	5.450	5.378		
Impacto decorrente de fusões de planos	3.229	(4.088)		
Ganho (Perda) atuariais nos do plano	(45.469)	556.497		
Reajuste efetivo dos ativos do plano	774.706	683.257		
Benefícios pagos	(728.568)	(680.499)		
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do ano</b>	<b>7.355.487</b>	<b>7.094.038</b>		

18.4. As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo		Controlada Eletropaulo	
	2011		2010	
Custo dos serviços correntes	14.663	16.020		
Custo dos juros	873.037	831.062		
Rendimento esperado dos ativos do plano	(774.707)	(683.257)		
Impacto decorrente de Passivo/Ativo Atuarial da Eletropaulo Telecom	-	4.089		
Outros	-	-		
<b>Total da despesa nos exercícios</b>	<b>112.320</b>	<b>167.914</b>		

18.5. As despesas (receitas) projetadas para o exercício de 2012 são as seguintes:

	2012		2011	
Custo dos serviços correntes	16.350	16.350		
Custo dos juros	916.615	916.615		
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)	(788.595)		
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	15.346	15.346		
<b>Total da despesa projetada para o exercício</b>	<b>159.716</b>	<b>159.716</b>		

18.6. A composição dos investimentos do plano por segmento, com base nas políticas é a seguinte:

	Controlada Eletropaulo		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar
	Distribuição dos investimentos		
	2011	2010	
Renda Fixa	72,94%	74,16%	até 100%
Renda Variável	22,84%	21,82%	até 50%
Empréstimos a Participantes	1,70%	1,80%	até 15%
Imóveis	2,52%	2,23%	até 11%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

18.7. As premissas atuariais utilizadas pela controlada Eletropaulo para o exercício de 2011 são as seguintes:

	2012	2011
<b>Premissas econômicas:</b>		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,72% a.a.	9,98% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,06% a.a.	11,26% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
<b>Premissas demográficas:</b>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Taxa de rotatividade esperada	0,30/(tempo de serviço + 1)	0,30/(tempo de serviço + 1)

18.8. **Contratos com a Fundação CESP**  
A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar ("SPC"), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2011	2010
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.372.780</b>	<b>1.444.033</b>
Despesa do período	112.320	167.914
Pagamentos de contribuições	(254.554)	(239.167)
<b>Saldo final</b>	<b>1.230.546</b>	<b>1.372.780</b>

(\*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 1.321.870 (R\$ 1.170.127 em 31 de dezembro de 2010) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão e em função da utilização do método do corredor, conforme divulgado na nota nº 3.10. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.

(i) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.

(iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BPSF, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

**19. Obrigações Estimadas**

	Consolidado	
	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		
Provisão - Férias	31.320	28.784
Provisão - Programa de incentivo a aposentadoria	3.279	5.903
Provisão - Participação nos lucros e resultados	46.088	36.565
Provisão - Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.364	11.061
Provisão - Bônus	2.791	2.138
<b>Total</b>	<b>95.842</b>	<b>84.451</b>

**NÃO CIRCULANTE**  
Assistência Saúde Pós-Emprego - Lei 9.656  
Provisão - Bônus

	19.851	18.909
<b>Total</b>	<b>20.438</b>	<b>19.492</b>

O passivo não circulante de R\$ 19.851 em 31 de dezembro de 2011 é o passivo atuarial referente à Lei 9.656/98, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós-emprego, oferecido a funcionários desligados ou aposentados. A avaliação atuarial foi efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais com base em 31 de dezembro de 2011.

**20. Provisão para Litígios e Contingências**

	Controladora		Ativo		Consolidado		Ativo	
	Passivo		Cauções e depósitos judiciais		Passivo		Cauções e depósitos judiciais	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Trabalhista (a)	-	-	-	-	313.343	367.429	281.987	293.454
Processos regulatórios (d)	-	-	-	-	26.916	-	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (b)	-	-	-	-	23.661	23.789	22.862	22.858
Processos cíveis (c)	-	-	-	-	43.031	41.097	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	-	-	-	-	725	725	-
Processos fiscais (f)	11.616	8.167	17.073	12.169	61.043	84.864	188.205	170.472
Meio Ambiente	-	-	-	-	7.443	9.355	-	-
Outros	-	-	-	-	22.134	20.984	10	10
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>8.167</b>	<b>17.073</b>	<b>12.169</b>	<b>498.296</b>	<b>548.243</b>	<b>493.064</b>	<b>486.794</b>
Circulante	-	-	-	-	165.002	211.832	-	-
Não Circulante	11.616	8.167	17.073	12.169	333.294	336.411	493.064	486.794
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>8.167</b>	<b>17.073</b>	<b>12.169</b>	<b>498.296</b>	<b>548.243</b>	<b>493.064</b>	<b>486.794</b>

a) **Trabalhista:** A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.306 processos (5.500 processos em 31 de dezembro de 2010) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 23.788 (R\$24.750 em 31 de dezembro de 2010), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$258.199 (R\$268.658 em 31 de dezembro de 2010).

Em 25 de agosto de 2011, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou de forma favorável a controlada Eletropaulo a ação declaratória que aponta vício em cadeia de paradigmas criada em processos de eletricitistas, sendo remetidas as chances de reversão dessa decisão. Apontamos também a nova redação da Súmula 6, do C.TST de novembro de 2010 que estabeleceu a necessidade de existir ligação entre o paradigma matriz e o trabalhador no final da cadeia, o que também fortaleceu o posicionamento da Companhia nesses casos. Considerando esses novos fatos, os assessores revisaram a probabilidade de êxito e a forma de mensuração da provisão para causas análogas, o que ocasionou a reversão de parte da provisão no montante de R\$ 42.931 durante o exercício de 2011.

b) **Plano Cruzado - Reajuste de tarifa:** Refere-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgamento que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 23.661 (R\$23.789 em 31 de dezembro de 2010).

c) **Processos Cíveis:** A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 43.031 (R\$41.097 em 31 de dezembro de 2010).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 35.951 (R\$34.415 em 31 de dezembro de 2010).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 7.080 (R\$6.682 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

(c.1) **Represa Guarapiranga**  
Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando à implementação de medidas de recuperação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A sentença condenatória foi integralmente mantida em 2ª instância, tendo a controlada Eletropaulo interposto recursos especial e extraordinário em face de tal acórdão, os quais tiveram seguimento negado. Em junho de 2007, a Companhia apresentou agravos em face dos dois despachos denegatórios. Tendo-se em vista a manutenção da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial apresentado pela controlada Eletropaulo. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se o julgamento do agravo interposto contra o despacho que denegou seguimento ao recurso extraordinário da controlada Eletropaulo.

Conforme informações dos assessores legais da controlada Eletropaulo, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão do valor relativo à condenação alternativa e à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. Em 31 de dezembro de 2011 a melhor estimativa de perda, conforme provisão do contencioso, é de R\$ 1.082 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2010).

d) **Processos Regulatórios**  
d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 à 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 21.384 em 31 de dezembro de 2011.

d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da Companhia no período de

7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011.

d.3) A Companhia possui 01 auto de infração da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e 01 auto de infração da ANEEL. As penalidades aplicadas, estipuladas nos autos são decorrentes de ações fiscalizadoras técnicas periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica e possíveis interposições no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2011.

e) **Processos Administrativos - Prefeituras:** existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

f) **Processos Fiscais:** existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Controladora			Consolidado					
	Passivo			Passivo					
	2010	Ingressos	Atualizações	2010	Ingressos	Atualizações			
Trabalhista	-	-	-	-	367.190	32.455	20.029	106.331	313.343
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	-	-	-	-	23.789	568	2.383	(3.079)	23.661
Processos cíveis	-	-	-	-	41.097	26.816	6.944	(31.826)	43.031
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	26.916	-	-	26.916
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	725	-	-	-	725
Processos fiscais	8.167	2.440	1.009	-	11.616	84.864	3.262	8.145	(35.228)
Meio Ambiente	-	-	-	-	-	9.355	4.566	-	(6.478)
Outros	-	-	-	-	-	21.223	1.279	-	(368)
<b>Total geral</b>	<b>8.167</b>	<b>2.440</b>	<b>1.009</b>	<b>-</b>	<b>11.616</b>	<b>548.243</b>	<b>95.862</b>	<b>37.501</b>	<b>(183.310)</b>
Circulante	-	-	-	-	-	211.832	-	-	165.002
Não Circulante	8.167	-	-	-	11.616	336.411	-	-	333.294
<b>Total geral</b>	<b>8.167</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.616</b>	<b>548.243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>498.296</b>

	Controladora			Consolidado					
	Passivo			Passivo					
	2009	Ingressos	Atualizações	2010	2009	Ingressos	Atualizações	2010	
Trabalhista	-	-	-	-	421.966	110.735	24.769	(190.280)	367.190
Cofins - Noventena	-	-	-	-	19.595	-	768	-	(20.363)
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	-	-	-	-	24.385	3.444	2.667	(6.707)	23.789
Processos cíveis	-	-	-	-	53.342	17.415	8.611	-	(38.271)
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	1.580	-	-	-	(855)
Processos fiscais	-	-	-	-	85.064	4.003	5.945	-	(18.315

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.5. Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa**  
Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 28 de janeiro de 2004 e em 30 de maio de 2005) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor monta a R\$ 48.299 atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$38.528 em 31 de dezembro de 2010). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.

**20.6. Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDECAR**  
A ASSOBRAE alega que a controlada Eletropaulo, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias n°s 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica ("DNAEE") durante a vigência do Plano Cruzado. A vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Eletropaulo, sendo consignado que por não ser a ASSOBRAE legitimada a representar consumidores comerciais e industriais, únicos afetados pelas mencionadas portarias, a mesma carecia do direito de mover ação coletiva contra a controlada Eletropaulo. A ASSOBRAE apresentou recurso. Em 31 de dezembro de 2011, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação. O valor deste processo não é possível de ser determinado em função de depender de ações individuais dos consumidores.

**20.7. Ação Popular - Maruzan Conrado**  
Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento e Parcelamento e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. De acordo com o autor os Termos de Confissão de Dívidas pactuados pela Municipalidade não estariam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois culminariam na assunção de despesas que não poderiam ser cumpridas integralmente dentro do respectivo mandato do Sr. Fernando Fernandes de Oliveira. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 18.880, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$16.101 em 31 de dezembro de 2010).

**20.8. Ecovias - Remanejamento de Postes**  
Em 4 de junho de 2002, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a controlada Eletropaulo a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.9. Ecovias - Uso do Solo**  
Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial contra a controlada Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorizações para fixação de postes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.10. AIT**  
Em 25 de junho de 2002, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação indenizatória contra a controlada Eletropaulo, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pela não execução e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. A autora pleiteia, ainda o ressarcimento: a) dos valores que teria pago nas rescisões trabalhistas de seus funcionários; b) dos juros e encargos de mora relativos aos tributos que não foram pagos nas datas de seus vencimentos; e, c) dos encargos decorrentes de empréstimos contraídos em virtude do inadimplemento do contrato pela controlada Eletropaulo. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A controlada Eletropaulo agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 83.726, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$51.000 em 31 de dezembro de 2010).

**20.11. Ação Civil Pública - City Boaçaça**  
A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçaça moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirutuba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente determinando que a controlada Eletropaulo reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 1 (um) micro-tesla a uma altura de um metro e meio do solo, sob pena de multa diária de R\$ 500 e, ainda, ao custeio da medição diária do referido campo. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011 por conta de um requerimento apresentado pela controlada Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça no Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de "amicus curiae". Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada Eletropaulo é "Repercussão Geral". Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.12. Ação Civil Pública - ETD Panorama**  
A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida ETD produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.13. Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento**  
O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 06 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os municípios de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Decisão parcialmente procedente em 1ª instância, declarando nula as confissões de dívidas firmadas pela ameaça de corte, determinando ainda que o prazo para a cobrança por motivo de declaração exceda em um ano e que os cortes não mais ocorram, além de condenação por danos morais. Em 31 de dezembro de 2011 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**20.14. Ação Civil Pública - Contas vencidas - 90 Dias**  
Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da ação referente aos créditos de consumo e (2) a fixação de multa por atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando que seja procedido o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros no prazo de 255 dias. Contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. Pelo Ministério Público Federal foi requerido o imediato cumprimento da decisão de 1ª instância, sendo que no momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos Consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**20.15. Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**  
Em 5 de novembro de 1998, foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três identificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 por suposta ausência de recolhimento de FGTS. A fiscalização identificou que a controlada Eletropaulo teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular. A controlada Eletropaulo apresentou defesa e recurso administrativos alegando, em resumo, nulidade e afronta ao princípio da legalidade, e, que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos. Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 88.627, atualizado até 31 de dezembro de 2011, (R\$81.451 em 31 de dezembro de 2010). Em 23 de março de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou ação cautelar e obteve liminar, mediante apresentação de carta de fiança, suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.

**20.16. PASEP - Suspensão de Exigibilidade**  
Trata-se de Mandado de Segurança apresentado com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10680.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial. A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disso, a Companhia foi notificada pelo Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária. Contudo, por não ter sido deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito, a controlada Eletropaulo apresentou recurso contra tal decisão, o qual aguarda julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 33.526, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$31.463 em 31 de dezembro de 2010).

**20.17. Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - Execuções Fiscais**  
Referem-se a execuções fiscais promovidas pelo INSS visando o pagamento de suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, que totalizam o valor de R\$ 50.610, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$46.221 em 31 de dezembro de 2010). A controlada Eletropaulo apresentou embargos à execução para todos os processos, realizando, portanto, o depósito em garantia judicial. Não houve até o presente momento o julgamento das execuções. Os processos se referem aos seguintes aspectos, segregadamente:  
(i) O processo nº 2004.61.82.030088-9 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuição previdenciária relativa ao período de janeiro de 1998 até dezembro de 2001;  
(ii) O processo nº 2007.61.82.001769-0 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias relativas à folha de salário do período de janeiro de 1999 e agosto de 2000.  
(iii) Por fim, o processo nº 2004.61.82.060123-0 se refere à suposta falta de recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao período de abril a agosto de 2001, assim como o mês de julho de 2002.

Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.  
**20.18. CSLL - Base Negativa**  
A controlada Eletropaulo propôs Ação Declaratória em 7 de novembro de 2005 visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisação não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a controlada Eletropaulo já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 107.203 atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 188.354 em 31 de dezembro de 2010), certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à controlada Eletropaulo. Isto porque, o saldo de base negativo em questão se refere ao montante apropriado pela controlada Eletropaulo após a cisação de 1997. Antes da referida cisação, a controlada Eletropaulo possuía um saldo de base negativa da CSLL no valor de R\$ 1.518.134, sendo que as empresas cindidas deliberaram sobre a proporcão que cada uma iria se apropriar desse montante. De acordo com o Protocolo de Cisão, a controlada Eletropaulo se apropriou de 67,56% do montante (R\$ 1.023.407). As alegações da Receita Federal do Brasil são no sentido de que a controlada Eletropaulo apenas poderia utilizar o saldo negativo de base de cálculo na proporção do montante do patrimônio líquido dividido entre as empresas cindidas, o que representaria 29,23% do total dos créditos (R\$ 443.751). Tal argumento se baseia nas limitações impostas pelo Decreto-Lei 2.341/1987 e Medidas Provisórias 1.858-6/1999 e 2.158-35/2001, que determinam a apropriação dos créditos à proporção do patrimônio líquido. Por outro lado, o principal argumento de defesa da controlada Eletropaulo é o sentido de que, à época da cisação, essa limitação apenas era aplicável para fins de Imposto de Renda e não para a CSLL. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.  
Em que pese a vigência de decisão favorável na Ação Declaratória, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo com vistas à exigência dos eventuais valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestre de 2005 e anos calendário de 2006 e 2007 com o saldo negativo da base de cálculo da CSLL remanescente após a cisação parcial da empresa ocorrida em 1997, o qual se encontra em discussão nos autos da supermencionada ação declaratória. Até o presente momento, não foi proferida qualquer decisão nos mencionados processos administrativos.

Na comparação com as informações divulgadas no ano de 2010, nota-se uma redução nos valores envolvidos (de R\$ 188.384 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 107.203 em 31 de dezembro de 2011). Tal diferença resultou de uma análise feita nos débitos contidos no auto de infração, onde verificamos que estes correspondem a aqueles já discutidos na ação judicial mencionada no item anterior, razão pela qual, para fins de contingência, somente consideramos os valores relativos a esta ação.

**20.19. Execuções Fiscais Municipais - Diversas**  
Trata-se de Execuções Fiscais, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos. Do total envolvido R\$15.073 são classificadas com chances de perdas remotas, e o restante no montante de R\$3.755 como possíveis.

**20.20. PIS - Decretos-Lei n.ºs. 2.445/1988 e 2.449/1988**  
A controlada Eletropaulo é parte em um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual os Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total do crédito é de R\$ 276.000, dos quais já ingressou R\$ 247.000, com base numa decisão inicialmente favorável proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal comprou com recurso, que foi julgado e teve o respectivo acórdão publicado em 1º de fevereiro de 2006, por meio do qual restou reconhecido o direito da controlada Eletropaulo aos alíquotas créditos, porém com a observância de prazo prescricional de apenas cinco anos. Como a decisão de Segunda Instância continha vícios, a controlada Eletropaulo opôs embargos de declaração, recebidos no efeito suspensivo. Tal decisão reduziu drasticamente o crédito da Eletropaulo. Todavia, considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que o prazo prescricional, em casos como esse é de 10 anos, a controlada Eletropaulo interpsou recurso especial ao STJ, visando a resgatar a integralidade de seu crédito. O recurso foi julgado parcialmente favorável, reconhecendo que a controlada poderá retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos para compensar créditos de PIS com débitos do próprio PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos aos contribuintes. As chances de perda envolvidas nesse processo são remotas, no que tange ao reconhecimento do crédito, e como possíveis quanto à compensação já ocorrida entre parte de tal crédito e outros tributos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 38.969, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 39.100 em 31 de dezembro de 2010) relativo à eventual aplicação de multa de mora de 20%. A estimativa do valor a desembolsar refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor de tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

**20.21. PIS - Estatuto da Decadência**  
Discussão judicial relativa aos débitos de PIS decorrentes das modificações na base de cálculo deste tributo impostas pela Medida Provisória nº 1.407/1996. Em abril de 1996, a controlada Eletropaulo propôs ação judicial visando à inaplicabilidade das normas instituídas por esta Medida Provisória, discussão que terminou somente em 2008 com decisão favorável à Fazenda Nacional. Valendo-se desta decisão, a Receita Federal, por meio de Execução Fiscal, exigiu o pagamento dos valores de PIS que deixaram de ser recolhidos em razão da não aplicação da mencionada legislação. Contudo, em oposição às pretensões da Receita Federal, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando que os valores pretendidos pela Fazenda Nacional encontram-se atingidos pela decadência, uma vez que durante os anos de 1996 e 2008, os débitos tributários não haviam sido formalmente constituídos, conforme prevê o artigo 142 do Código Tributário Nacional. Até o momento, aguarda-se decisão de 1ª Instância. Os assessores legais da controlada Eletropaulo consideram como possíveis as chances de perda desta discussão, razão pela qual não foi constituída provisão. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 245.209, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 225.610 em 31 de dezembro de 2010). O Escritório de Advocacia que patrocinava a defesa da Eletropaulo classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não ter se posicionado sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

**20.22. Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica**  
O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Essa ação visa obrigar a Companhia a restabelecer o fornecimento de energia no prazo máximo de 4 (quatro) horas no caso de interrupção; a conceder desconto de 2% na fatura de cada consumidor atingido por falha no fornecimento; a indenizar os consumidores pelos danos causados a aparelhos elétricos e bens perecíveis; e restabelecer a qualidade do fornecimento, nos moldes e índices definidos pela ANEEL, sem qualquer expurgo, sob pena de multa de 2% do faturamento mensal da Companhia. Por conta de um recurso apresentado pelos autores, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) concedeu liminar determinando à Companhia que, no caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica processasse com o restabelecimento dos serviços no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sob pena de multa no montante de R\$ 500 por hora de atraso no restabelecimento. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso em 10 de outubro de 2011, o qual restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

**Cartas de fiança e caução**  
Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Eletropaulo possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fianças estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.o.
Fiscal	35	1.112.174	1,00% a 6,00%
Cível	3	5.584	1,65% a 2,00%
Trabalhista	17	33.318	1,00% a 6,00%
Comercial - compra de energia	18	8.913	0,75%
Financeira	1	4.584	1,10%
		<b>1.164.573</b>	

### 21. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.811	33.252
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	54.348	49.778
Quota para a Reserva Global de Reversão	10.650	5.911
Outras encargos	269	396
<b>Total</b>	<b>102.078</b>	<b>89.337</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Quota para a Reserva Global de Reversão	27.088	26.927
	<b>27.088</b>	<b>26.927</b>

### 22. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	Consolidado	
	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento	13.113	39.275
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.354	2.805
Ministério de Minas e Energia	677	1.402
Eficiência Energética	25.583	31.935
<b>Total</b>	<b>40.727</b>	<b>75.417</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento	35.919	26.768
Eficiência Energética	40.783	61.026
<b>Total</b>	<b>76.702</b>	<b>87.794</b>

As despesas com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética nos exercícios de 2011 e 2010 estão divulgadas na nota nº 27.

### 23. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>				
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	-	-	41.020	39.270
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	-	-	45.851	66.368
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-	-	1.287	3.013
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	-	-	3.511	3.510
Programa Baixa Renda	-	-	3.610	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	-	-	-	156
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	6.676	6.868
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	2.031	1.783
MP 66 Tesouro Nacional	-	-	2.031	10.964
Pagamento em Duplicidade	-	-	11.284	8.886
Ajuste de Faturas - Penalidades	-	-	1.661	3.004
Ajuste de Faturas - Revisão de Faturamento	-	-	7.270	5.848
Outras	450	472	46.012	33.610
<b>Total</b>	<b>450</b>	<b>472</b>	<b>172.244</b>	<b>186.808</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Adiantamento relacionado à venda de bens	-	-	47.613	23.855
Outras	-	-	7.823	8.166
<b>Total</b>	-	-	<b>55.436</b>	<b>32.021</b>

### 24. Patrimônio

**24.1. Capital social**  
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2011 foi deliberada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 99.538, por jugá-lo excessivo, sem o cancelamento de ações, com a entrega aos acionistas, em contrapartida à redução de capital e na proporção de suas participações no capital social, das ações ordinárias de emissão da AES Controladas de Rio de Janeiro S.A., integralizadas ao valor contábil na data-base de 30 de junho de 2011.  
Em 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado da Companhia totalmente subscrito e regularizado é de R\$ 958.782, avaliadas representado por 95.061.053 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 1.058.420 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2010).

	2011	
	Ordinárias	%
<b>Quantidade</b>	93.404.099	98,26
	1.656.954	1,74
	<b>95.061.053</b>	<b>100</b>

**Acionistas**  
Companhia Brasileira de Energia  
Outros  
**Total das ações**

**24.3. Reserva de Lucros**  
**24.3.1. Reserva legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia e suas controladas devem transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserve seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

**24.3.2. Reserva Estatutária**  
Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, com a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

**24.4. Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)**  
Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial era composto pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007, e pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão da controlada Eletropaulo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial relacionado com a mais valia dos ativos (líquido de imposto de renda e contribuição social) é no montante de R\$ 232.629 (R\$ 259.005 em 31 de dezembro de 2010). O saldo do ajuste de avaliação patrimonial relacionado com a atualização dos bens do ativo financeiro de concessão (líquido de imposto de renda e contribuição social) é no montante de R\$ 22.577 (R\$ 14.208 em 31 de dezembro de 2010). Os saldos estão sendo apresentados líquidos do imposto de renda e contribuição social sobre o valor do ajuste de avaliação patrimonial.

	%	2011	2010
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 - Líquido de imposto de renda e contribuição social		751.144	836.309
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	232.629	259.005
Atualização dos bens do ativo financeiro de concessão na controlada Eletropaulo - Líquido de imposto de renda e contribuição social		72.900	45.878
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	22.577	14.208
<b>Total dos ajustes de avaliação patrimonial</b>		<b>255.200</b>	<b>273.213</b>

### 25. Destinação do Resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.  
Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	436.885	376.136
Real		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 28. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
<b>Energia elétrica comprada para revenda:</b>				
ITAIPU	9.963.335	10.155.587	891.634	938.244
Contrato bilateral - AES Tiête (**)	11.107.680	11.107.680	1.858.254	1.730.424
Contrato bilateral - Outros	211.987	205.056	35.440	34.602
Compra - CCEE	-	-	973.444	83.245
Compra - CCEAR	22.487.785	18.998.712	1.998.921	1.789.818
Outros	-	-	(41.967)	41.967
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(430.533)	(431.720)
<b>Total</b>	<b>43.770.787</b>	<b>41.440.479</b>	<b>4.305.026</b>	<b>4.186.190</b>
<b>Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra</b>	<b>950.230</b>	<b>985.570</b>	<b>159.045</b>	<b>167.609</b>
<b>Total</b>	<b>44.721.017</b>	<b>42.426.049</b>	<b>4.464.071</b>	<b>4.353.799</b>

## Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Uso da Rede Básica	-	-	906.958	836.519
Encargos do Serviço de Transmissão - ETS	-	-	223.160	223.744
Encargos de Energia - Furnas/Itaipu	-	-	82.950	78.478
ONS - Operador Nacional do Sistema	-	-	24.734	24.475
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-	-	23.439	21.870
Conexão a Rede Básica - CTEEP	-	-	74.171	68.324
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(110.335)	(117.556)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.225.077</b>	<b>1.135.854</b>

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(\*\*) Veja informações sobre o contrato com a Tiête na nota nº 32 - Partes Relacionadas.

## 29. Custo de Operação - Outros Custos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	Arrendamentos e Aluguéis	-	-	12.220
Seguros	38	22	2.807	2.478
Tributos	3	3	27.979	24.703
Doações, Contribuições e Subvenções	39	35	7.784	7.047
RTE	-	-	(755)	15.072
(-) Recuperação de Despesas	-	-	(35.272)	(25.091)
Tarifa Bancária	3	2	44.948	46.073
Custas Judiciais	-	-	30.809	42.496
Publicidade	-	-	28.837	14.894
Responsabilidade Social	-	-	16.099	15.883
Perdas/Baixa no Contas a Receber	-	-	70.519	104.948
Perdas na desativação de Bens e Direitos	-	-	32.763	54.748
Outras Receitas Operacionais	-	-	(16.117)	(14.445)
Outras Despesas Operacionais	-	-	10.968	48.265
Créditos de Pis e Cofins	-	-	(392)	(366)
Outros	2.030	2.333	38.389	26.963
<b>Total</b>	<b>2.113</b>	<b>2.395</b>	<b>271.586</b>	<b>373.066</b>

## 30. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	<b>Receitas Financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras	1.184	347	144.882	140.211
Selic - Finsocial (*)	-	-	54.712	-
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	84.405	78.706
Multas	-	-	7.037	13.549
Renda dos títulos e valores mobiliários alienados - LFT	-	-	5.232	12.549
Outras	1.156	763	24.408	30.564
<b>Total</b>	<b>2.340</b>	<b>1.110</b>	<b>320.676</b>	<b>275.579</b>

## Despesas Financeiras

Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	-	-	(339.974)	(303.735)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	207	228
Transferido para o custo das imobilizações em curso	-	-	29.597	28.229
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	-	-	745	19.195
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	(31.084)	(23.188)
Ganhos e perdas em investimentos	-	-	(21.235)	(23.029)
Operação Banco Santos (**)	-	-	16.039	100.136
Provisão para processos regulatórios	-	-	(26.916)	-
Outras	(2.994)	(3.083)	(52.065)	(82.538)
<b>Total</b>	<b>(2.994)</b>	<b>(3.083)</b>	<b>(440.725)</b>	<b>(284.702)</b>

## Variações Monetárias e Cambiais Líquidas

Moeda nacional	-	-	97.431	83.382
Moeda estrangeira	-	-	(20.546)	3.727
Transferido para o custo das imobilizações em curso	-	-	(16)	16
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>76.869</b>	<b>87.125</b>

## Total Líquido

(654) (1.973) (43.180) 78.002

Em 31 de dezembro de 1989 a 1992, a controlada Eletropaulo recolheu a contribuição ao Finsocial com majorações de alíquotas (0,5% a 2%) que posteriormente foram reconhecidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a controlada Eletropaulo impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994. Em dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal negou recurso apresentado pelo Governo Federal, e finalmente, em fevereiro de 2009, findou o prazo para apresentação de novo recurso por parte do Governo Federal, assim a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, favorável à controlada Eletropaulo, transitou em julgado.

Em função da decisão proferida pelo STF, a controlada Eletropaulo reconheceu, em suas demonstrações contábeis de exercícios anteriores, os montantes e as devidas correções relacionadas ao Finsocial.

Porém, como a decisão acima mencionada não determinava a devolução da quantia relativa aos expurgos inflacionários, a controlada Eletropaulo apresentou um novo recurso para que esta diferença também fosse recuperada. Em função do julgamento definitivo deste recurso quando ocorreu o trânsito em julgado, em setembro de 2011, foi reconhecido esse montante no resultado à título de correção monetária e juros de mora (expurgos inflacionários).

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada Eletropaulo havia compensado a totalidade do saldo de Finsocial com outros tributos federais a pagar.

(\*\*) A variação ocorrida em 2010 é decorrente substancialmente da reversão de despesa financeira em função do fim da disputa judicial da controlada Eletropaulo com o Banco Santos ocorrida em junho de 2010, favorável a controlada Eletropaulo quando foi efetuada a reversão do passivo remanescente com aquele banco.

## 31. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora		Contribuição Social		Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Correntes	1	-	-	-	(533.209)	(407.259)	(199.927)	(157.072)
Diferidos	(95)	(258)	(240)	(93)	(13.316)	(78.042)	(5.000)	(26.329)
<b>Total</b>	<b>(94)</b>	<b>(258)</b>	<b>(240)</b>	<b>(93)</b>	<b>(546.525)</b>	<b>(485.301)</b>	<b>(204.927)</b>	<b>(183.401)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>417.483</b>	<b>343.992</b>	<b>417.483</b>	<b>343.992</b>	<b>2.253.253</b>	<b>1.942.696</b>	<b>2.253.253</b>	<b>1.942.696</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Juros sobre capital próprio	(20.988)	(25.838)	(20.988)	(25.838)	(94.027)	(98.602)	(94.027)	(98.602)
Doações	-	-	-	-	16.845	19.616	16.845	19.616
Gratificação de administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	4.686	1.818	4.686	1.818
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - 2006	-	-	-	-	(21.441)	(19.312)	(21.441)	(19.312)
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	-	-	-	-	12.998	79.657	12.998	79.657
Multas indedutíveis	-	-	-	-	2.804	6.603	2.804	6.603
Baixa do Imobilizado	-	-	-	-	-	21.868	-	21.868
Resultado de equivalência patrimonial	(466.218)	(394.306)	(466.218)	(394.306)	-	-	-	-
Amortizações	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946
Outros	24.152	31.236	26.444	31.244	49.145	53.570	51.426	53.518
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(417.108)</b>	<b>(342.962)</b>	<b>(414.816)</b>	<b>(342.954)</b>	<b>16.956</b>	<b>111.164</b>	<b>19.237</b>	<b>111.112</b>
Base de cálculo	375	1.030	2.667	1.038	2.270.209	2.053.860	2.272.490	2.053.808
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Despesa com tributos as alíquotas nominais</b>	<b>94</b>	<b>258</b>	<b>240</b>	<b>93</b>	<b>567.552</b>	<b>513.465</b>	<b>204.524</b>	<b>184.843</b>
Incentivos	-	-	-	-	(21.540)	(19.498)	-	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	(24)	(24)	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAp	-	-	-	-	(151)	(6.859)	-	(802)
e Benefícios Indiretos	-	-	-	-	1.632	-	742	-
Baixa de IR/CS - Créditos Prescritos	-	-	-	-	205	-	74	-
Stock Options	-	-	-	-	(1.149)	(1.783)	(413)	(640)
IRPJ/CSLL 2011 - Exclusão P&D	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da despesa (receita) com tributos</b>	<b>94</b>	<b>258</b>	<b>240</b>	<b>93</b>	<b>546.525</b>	<b>485.301</b>	<b>204.927</b>	<b>183.401</b>

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

## 32. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da AES Corp. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tiête S.A. (Tiête), e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana S.A."), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). Os investimentos vendidos pela Brasileira em duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) foram realizados em 31 de outubro de 2011.

32.1. Os saldos entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as transações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	<b>Ativo Circulante</b>			
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	14.184	-
AES Sul - Outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Infoenergy - Outros créditos	-	-	37	111
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.980</b>	<b>2.870</b>
<b>Passivo Circulante</b>				
Companhia Brasileira de Energia - Juros sobre o capital próprio	17.529	21.580	26.293	25.838
AES Tiête - nota nº 15 (i)	-	-	237.315	181.185
<b>Total</b>	<b>17.529</b>	<b>21.580</b>	<b>263.608</b>	<b>207.023</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Companhia Brasileira de Energia (iv)	429.200	429.200	429.200	429.200
<b>Total</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>
<b>Resultado</b>				
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	707.313	265.369
AES Tiête - nota 27 (i)	-	-	(1.858.254)	(1.730.434)
AES Big Sky (iii)	-	-	(5.121)	(10.356)
Eletropaulo Telecomunicações - Outras receitas (*)	-	-	3.244	3.555
Eletropaulo Telecomunicações - Serviços de terceiros (*)	-	-	(3.053)	(2.454)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.155.871)</b>	<b>(1.474.411)</b>

(\*) A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. deixou de ser uma empresa do grupo AES Brasil em 31 de outubro de 2011. Dessa forma, não há saldo de contas patrimoniais com a Eletropaulo Telecomunicações em 31 de dezembro de 2011 e o resultado contempla transações ocorridas somente até 31 de outubro de 2010.

(i) Em dezembro de 2000, a controlada Eletropaulo assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tiête, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a controlada Eletropaulo passou a comprar a partir de 2003 da Tiête a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Em outubro de 2003, a controlada Eletropaulo e a coligada Tiête assinaram um aditamento a esse contrato, prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. A controlada Eletropaulo submeteu tal aditivo para apreciação da ANEEL, mas este não foi aprovado (conforme Despacho nº 1060/2005). Em 2005, a controlada Eletropaulo apresentou pedidos de reconsideração e recurso administrativo que não foram acolhidos pela ANEEL.

Exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a controlada Eletropaulo propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho nº 1060/2005. Em 5 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da controlada Eletropaulo aprovou a desistência da ação judicial contra a ANEEL, após exame por seus advogados externos e internos.

A quantidade de energia adquirida pela controlada Eletropaulo através do contrato com a coligada Tiête no exercício de 2011 foi de 11.107.680 MWh (informação não auditada pelos auditores independentes). Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 167,29 por MWh (R\$ 155,79 por MWh em 31 de dezembro de 2010). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

(ii) Venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. realizada pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("controlada Eletropaulo") para a Companhia Brasileira de Energia.

A controlada Eletropaulo mantém investimentos na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços de telecomunicações em geral e serviços técnicos de consultoria e de manutenção. A ANEEL, através do Ofício nº 561/2005-SFF, exigiu a segregação da participação acionária detida pela controlada Eletropaulo na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, pela qual é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deter participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a controlada Eletropaulo firmou, em 15 de setembro de 2005, o contrato de compra e venda de 39.609.942 quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), com a AES Transgás Empreendimentos S.A. (AES Transgás), a qual foi posteriormente incorporada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira). Essa transação foi aprovada pelos Conselhos de Administração da controlada Eletropaulo e da AES Transgás em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

O referido contrato de compra e venda previa o ajuste do preço de aquisição e a consequente liquidação financeira de acordo com o valor econômico da Eletropaulo Telecomunicações Ltda., apurado com base no critério do fluxo de caixa descontado, conforme laudo de avaliação elaborado por avaliador independente.

Em 2 de junho de 2010, o Conselho de Administração da controlada Eletropaulo e da Brasileira, aprovaram a liquidação financeira, com base no valor determinado por avaliador independente, e o termo de quitação referente à aquisição das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda.

O preço de aquisição, no valor de R\$ 296.307, apurado na data-base 31 de dezembro de 2009, foi atualizado pela SELIC até a data de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2012 e este definido como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

**Consolidado**

Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)  
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)  
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)

Operação	2011					
	Indexador Selic/CDI	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	4,85	7,27	9,69	12,11	14,54	1,211.646
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	5.240	7.861	10.481	13.101	15.721
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	1.013	1.520	2.027	2.533	3.040
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	58.704	88.056	117.408	146.761	176.113

**Análise de sensibilidade das dívidas**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI/IGP-DI/IGP-M/DÓLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2012 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de juros	Posição em 31/12/2011	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>DIVIDAS EM REAIS COM TAXA</b>							
<b>PRE-FIXADA</b>							
RELUZ - Eletrobrás - SBC	5,00% a.a.	2.639	NA	NA	NA	NA	NA
BNDES - Fname	8,7% a.a.	4.029	NA	NA	NA	NA	NA
<b>MOEDA</b>							
<b>ESTRANGEIRA</b>							
STN - Resolução 96/93	6,00% a.a.	56	0,8650 (30)	1,2975 (15)	1,7300 2	2,1625 15	2,5950 30
CDI			4,85%	7,27%	9,69%	12,11%	14,54%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	250.000	16.712	22.868	29.024	35.180	41.361
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+0,90% a.a.	399.960	23.172	32.938	42.705	52.471	62.277
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	200.000	13.370	18.294	23.219	28.144	33.089
Debêntures - 12ª Emissão	CDI+1,25% a.a.	400.000	24.642	34.444	44.244	54.046	63.887
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	400.000	25.691	35.516	45.341	55.167	65.032
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	CDI+1,20% a.a.	200.000	12.216	17.114	22.013	26.911	31.829
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.	600.000	38.536	53.274	68.012	82.750	97.549
<b>TOTAL IGP-DI</b>			<b>154.341</b>	<b>214.449</b>	<b>274.558</b>	<b>334.667</b>	<b>395.024</b>
Fundação CESP (*)	IGPDI+ 6,00% a.a.	2.552.416	NA	NA	159.716	NA	NA

(\*) As projeções de despesas e contribuições da Companhia, referentes à Fundação CESP, para o exercício de 2012, foram estabelecidas conforme relatório dos atuários independentes (nota nº 18.5).

**34.6. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas**

As operações da controlada Eletropaulo compreende a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 6,3 milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos.

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

**34.6.1. Risco de crédito**

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

**34.6.2. Riscos de taxa de juros e indexadores**

A Companhia e sua controlada Eletropaulo possuem empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros entre 0,90% a 2,00% ao ano. Também possui contrato de dívida com a Fundação CESP que é atualizado por TR acrescido de 8% ao ano ou IGP-DI + 6%, dos dois o maior. Consequentemente, o resultado da Companhia e suas controladas é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2011.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

**34.6.3. Risco de preço**

**Revisão Tarifária Periódica**

Entre 10 de setembro de 2010 e 10 de janeiro de 2011, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 40/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 03 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 8 de Novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 463, de 22 de Novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP.

De acordo com o contrato de concessão, a controlada Eletropaulo passa pelo processo de revisão tarifária, que deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 1174/2011, resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Essas novas tarifas, quando divulgadas, produzirão efeitos retroativos a partir de 4 de julho de 2011.

No final de 2011, a ANEEL resolveu abrir Audiência Pública nº 70/2011, a fim de obter subsídios para alteração da Resolução Homologatória nº 1174/2011 e prorrogar as tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010 até a data do aniversário contratual do reajuste tarifário de 2012 da Eletropaulo, que será em 4 de julho de 2012.

Com base na laudo de avaliação da base de remuneração regulatória que se encontra sob análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia do Procedimento de Regulação Tarifária "PRORET", a Companhia estima que as tarifas de fornecimento serão reduzidas quando definidas pela ANEEL e, portanto, a prorrogação da manutenção das tarifas a partir de 4 de julho de 2011 representou um efeito positivo no EBITDA da controlada Eletropaulo de aproximadamente R\$ 356.843 no segundo semestre de 2011, conforme demonstrado na nota nº 36.

Esse valor representa uma estimativa que somente será confirmada após a definição, divulgação, homologação e aplicação da metodologia do 3º ciclo para as tarifas da Companhia.

Adicionalmente, através da Audiência Pública nº 120/2010, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das Distribuidoras, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 464, de 28 de Novembro de 2011.

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

**Reajuste Tarifário Anual**

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu através da Resolução Homologatória nº 1025, de 29 de junho de 2010, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2010, cujo reajuste médio foi de 8,00%, correspondendo a um efeito médio de 1,62% percebido pelos consumidores.

Conforme explicado no item "Revisão Tarifária Periódica", essas tarifas não foram alteradas durante o ano de 2011.

**34.6.4. Risco de mercado**

O portfólio de contratos de energia de 2011 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfra; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de licitações públicas federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuflência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a inserção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da empresa em investimentos na área, os modelos não conseguem capturar-las na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da controlada Eletropaulo é a mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

**34.6.5. Risco de regulação**

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

**34.6.6. Operações com instrumentos financeiros derivativos**

A controlada Eletropaulo possui operações com instrumentos financeiros derivativos e que foram liquidadas em 30 de junho de 2010, mediante assistência da massa falida Banco Santos do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra a controlada Eletropaulo, resultando numa reversão de provisão no montante total de R\$ 100.136. Estas operações estavam encerradas desde 2005 e não resultaram em efeitos no exercício de 2010.

**34.6.7. Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia e suas controladas têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas "covenants" normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

**34.6.8. Risco de Volatilidade dos Custos da "Parcela A"**

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de "Parcela A" ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia e suas controladas está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

A seguir apresentam-se as informações por segmentos:

2011	Holding (*)		Distribuição AES		Telecomunicações		Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Com Rio	Subtotal	AES Com Rio	Subtotal		
Receita Líquida	-	9.835.578	-	9.835.578	-	9.835.578	-	9.835.578
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	-	(5.712.032)	-	(5.712.032)	-	(5.712.032)	-	(5.712.032)
Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal, material e serviço de terceiros	(22)	(1.023.221)	-	(1.023.243)	-	(1.023.243)	-	(1.023.243)
Outras	(2.113)	(746.841)	-	(748.954)	-	(748.954)	-	(748.954)
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>(2.135)</b>	<b>(1.770.062)</b>	-	<b>(1.772.197)</b>	-	<b>(1.772.197)</b>	-	<b>(1.772.197)</b>
Resultado Financeiro	(654)	(30.261)	-	(30.915)	-	(30.915)	(21.235)	(52.150)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(334)	(751.118)	-	(751.452)	-	(751.452)	-	(751.452)
Resultado de equivalência patrimonial	466.218	-	-	466.218	-	466.218	(466.218)	-
Amortização de outros intangíveis (nota nº 12)	(45.946)	-	-	(45.946)	-	(45.946)	-	(45.946)
Lucro/Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas	19.736	-	-	19.736	-	19.736	-	19.736
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.084.652)	(1.084.652)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>436.885</b>	<b>1.572.105</b>	-	<b>2.008.990</b>	-	<b>2.008.990</b>	<b>(1.572.105)</b>	<b>436.885</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-	<b>19.736</b>	-	<b>19.736</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.068.662</b>	<b>10.765.981</b>	-	<b>12.834.643</b>	-	<b>12.834.643</b>	<b>(1.295.785)</b>	<b>11.538.858</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>37.344</b>	<b>6.756.270</b>	-	<b>6.793.614</b>	-	<b>6.793.614</b>	<b>(59.073)</b>	<b>6.734.541</b>

2010	Holding (*)		Distribuição AES		Telecomunicações		Eliminações e reclassificações	Total consolidado
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Com Rio	Subtotal	AES Com Rio	Subtotal		
Receita Líquida	-	9.697.157	-	9.697.157	-	9.697.157	-	9.697.157
Custo com Energia Elétrica comprada de terceiros e transmissão	-	(5.508.905)	-	(5.508.905)	-	(5.508.905)	-	(5.508.905)
Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal, material e serviço de terceiros	(2.395)	(1.353.236)	-	(1.355.631)	-	(1.355.631)	-	(1.355.631)
Outras	(2.395)	(2.275.217)	-	(2.277.612)	-	(2.277.612)	-	(2.277.612)
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>(2.395)</b>	<b>(2.275.217)</b>	-	<b>(2,277.612)</b>	-	<b>(2,277.612)</b>	-	<b>(2,277.612)</b>
Resultado Financeiro	(1.973)	103.004	-	101.031	-	101.031	(23.029)	78.002
Imposto de Renda/Contribuição Social	(351)	(668.351)	-	(668.702)	-	(668.702)	-	(668.702)
Resultado de equivalência patrimonial	394.306	-	-	394.306	-	394.306	(394.306)	-
Amortização de outros intangíveis (nota nº 12)	(45.946)	-	-	(45.946)	-	(45.946)	-	(45.946)
Lucro/Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas	32.495	-	-	32.495	-	32.495	(32.495)	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(930.353)	(930.353)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>376.136</b>	<b>1.347.688</b>	-	<b>1.723.824</b>	-	<b>1.723.824</b>	<b>(1.380.183)</b>	<b>343.641</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-	<b>32.495</b>	-	<b>32.495</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.103.384</b>	<b>10.710.069</b>	<b>133.894</b>	<b>12.947.347</b>	<b>(1.291.276)</b>	<b>11.656.071</b>	<b>(35.595)</b>	<b>7.006.508</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>39.121</b>	<b>6.972.712</b>	<b>30.270</b>	<b>7.042.103</b>	<b>(35.595)</b>	<b>7.006.508</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**36. Reajuste Tarifário 2011**

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da controlada Eletropaulo deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011, porém tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, através da resolução homologatória 1174 publicada em 28 de junho de 2011 no Diário Oficial da União, resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Em 29 de junho de 2010, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,00% à controlada Eletropaulo, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2010.

O efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento foi de:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	1,11%
Baixa Tensão Cativos	0,80%
Consumidores Livres	14,06%
Média Total	1,62%

O reajuste autorizado pela ANEEL em 29 de junho de 2010 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2010		Efeito na Tarifa
Parcela A	Encargos setoriais Energia Comprada Encargos de transmissão Parcela A	3,31% 2,08% -0,28% 5,11%
Parcela B		0,87%
Reajuste Base		5,97%
CVA		0,83%
Custos financeiros de Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
Reajuste Total		8,00%</

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados da AES Com Rio do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 e do exercício findo em 31 de dezembro 2010 são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receita Líquida</b>	-	-	<b>52.810</b>	<b>88.238</b>
Pessoal	-	-	(6.304)	(15.775)
Material	-	-	(1.024)	(1.640)
Serviços de terceiros	-	-	(6.770)	(7.652)
Depreciação e amortização	-	-	(6.055)	(10.500)
Outras	-	-	(3.832)	(8.815)
Total das despesas	-	-	<b>(23.985)</b>	<b>(44.382)</b>
Resultado de Participações Societárias	19.736	32.495	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>19.736</b>	<b>32.495</b>	-	-
<b>Receita (Despesa) Financeira</b>				
Receita	-	-	1.206	2.490
Despesa	-	-	(138)	(301)
Variações monetárias/cambiais	-	-	7	5
Total Resultado Financeiro	-	-	<b>1.075</b>	<b>2.194</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>19.736</b>	<b>32.495</b>	<b>29.900</b>	<b>46.050</b>
Contribuição social	-	-	(2.589)	(3.935)
Imposto de renda	-	-	(7.181)	(10.430)
Contribuição social diferida	-	-	(104)	214
Imposto de renda diferido	-	-	(290)	596
	<b>19.736</b>	<b>32.495</b>	<b>19.736</b>	<b>32.495</b>

Os fluxos de caixa líquido incorridos pela AES Com Rio são:

	2011	2010
Atividades operacionais	21.760	45.000
Atividades de investimento	(14.982)	(22.046)
Atividade de financiamento	(5.181)	(22.954)

Os montantes acima descritos estão com sinais invertidos em relação às transferências para as atividades descontinuadas das demonstrações dos fluxos de caixa, pois, nos fluxos estão sendo demonstradas as saídas de caixa de cada atividade da AES Com Rio.  
O total de pagamento de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são R\$ 9.127 e R\$ 14.555, respectivamente.

**40. Eventos Subsequentes**

- a) **14ª Emissão de Debêntures**  
Em 5 de janeiro de 2012, a controlada Eletropaulo realizou a 14ª emissão de debêntures simples ("Debêntures"), não conversíveis em ações da controlada Eletropaulo, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, conforme alterada, no montante total de R\$ 600.000, correspondentes a seiscentas debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, prazo de vencimento de 10 (dez) anos, remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), acrescida de um spread ou sobretaxa correspondente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração será paga semestralmente e a amortização das debêntures ocorrerá nos últimos quatro anos, sendo 10% no sétimo ano e 30% nos demais.  
A emissão das Debêntures foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2011. Os recursos captados serão utilizados para recomposição de caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.
- b) **Contrato de Prestação de Serviços entre a Controlada Eletropaulo e a AES Infoenergy**  
Em 19 de janeiro de 2012, através do Despacho nº 177, a ANEEL anuiu o contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a AES Infoenergy Ltda. tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica e outros, com vigência até 31 de dezembro de 2012, ressalvando-se que: i) a presente anuência não implica reconhecimento, pela ANEEL, dos valores contratados pelos agentes, os quais, para fins tarifários, estarão sujeitos aos limites apurados, segundo a metodologia própria; e ii) a Concessionária deverá manter controle dos bens, direitos e obrigações, bem como receitas, custos e despesas relativos à realização do objeto contratual, de forma a permitir, a qualquer tempo, a identificação dos valores relativos aos Contratos que estarão sujeitos a controle posterior pela ANEEL, mediante processo administrativo de fiscalização.
- c) **Outras Receitas - Resolução Normativa nº 463/2011**  
Em 19 de janeiro de 2012, a ABRADDEE ajuizou a Ação Ordinária com Pedido de Tutela no Tribunal Regional Federal da 1ª região em face da ANEEL no intuito de impugnar a Resolução Normativa ANEEL nº 463/2011, a qual promoveu a expropriação de determinadas receitas (ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos) das concessionárias por meio de desnaturação contábil para modalidade tarifária, contrariando o disposto no contrato de concessão e os reajustes e revisões tarifárias anteriores, ferindo o equilíbrio econômico financeiro e o direito adquirido das concessionárias.  
Após a manifestação da ANEEL e do Ministério Público Federal, em 07 de fevereiro de 2012 o juiz concedeu o pedido de tutela antecipada às empresas suspendendo a contabilização das referidas receitas em obrigações especiais, considerando que a ANEEL expropriou receitas das concessionárias por meio da citada Resolução, contrariando o art. 10 da Lei nº 8.666/93 e podendo acarretar elevação dos custos de financiamentos, risco de crédito e prejuízo a operacionalidade das distribuidoras.  
A Administração da controlada Eletropaulo entende que a Resolução ANEEL acima mencionada criou uma obrigação legal e a respectiva discussão judicial ainda se encontra em andamento. Por este motivo, a controlada Eletropaulo não reverteu a contabilização das referidas receitas como obrigações especiais em 31 de dezembro de 2011 (vide nota 27 - Receita Operacional Líquida).
- d) **Resolução Normativa nº 474/2012 - Mudanças nas Taxas de Depreciação**  
Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 474, que estabelece a alteração das taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. De acordo com essa Resolução as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Francisco Jose Morandi López  
Conselheiro (Presidente)

Andrew Martin Vesey - Conselheiro  
Antonio Carlos de Oliveira - Conselheiro

Cibebe Castro - Conselheira  
Sidney Simonaggio - Conselheiro

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Conselheiro  
Francisco Luiz Scagliusi - Conselheiro

Britaldo Pedrosa Soares - Conselheiro (Vice- Presidente)

**CONSELHO FISCAL**

Sebastião Bergamini Junior - Conselheiro (Presidente)

Maria Carmen Westerlund Montera - Conselheira

Luiz Ferreira Xavier Borges - Conselheiro

**DIRETORIA**

**CONTADOR**

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor

Paulo Rogério Magri  
CRC 1SP 181645/O-5

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da AES Elpa S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. datado de 24 de fevereiro de 2012, opina que as Demonstrações Contábeis, o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia, quando da Assembléia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 16 de abril de 2012.

São Paulo, 13 de março de 2012

Sebastião Bergamini Junior

Maria Carmen Westerlund Montera

Luiz Ferreira Borges

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros e Diretores da

**AES Elpa S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Elpa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da AES Elpa S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações contábeis individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

**ERNST & YOUNG TERCO**

Quality In Everything We Do

**ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC-1SP198698/O-4

Elton Roberto da Silva

Contador CRC-1SP214216/O-2

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES Elpa S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, 13º andar - parte, Vila Olímpia, São Paulo - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, **Declaram** que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor-Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor

**A nossa atitude é fazer a diferença nas comunidades!**

**A AES Brasil é mais responsabilidade social**

Mais de 5,6 mil crianças, adolescentes e adultos são beneficiados pela Casa de Cultura e Cidadania, projeto social que a AES Brasil mantém em São Paulo, Osasco, Lins, Barra Bonita, Caconde, São José do Rio Pardo e Novo Hamburgo.

São espaços que oferecem atividades de teatro, dança, música, artes circenses e ginástica artística, além de oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Vale a pena você conhecer um pouco mais sobre esse projeto de responsabilidade social.

Acesse: [www.casadeculturaecidadania.com.br](http://www.casadeculturaecidadania.com.br)

**AES Brasil**

AES Eletropaulo  
AES Sul  
AES Tietê  
AES Uruguiana